



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 30 - Nº 569 - DE 5 A 19 DE AGOSTO DE 2018 - R\$ 4,00

Partidos da burguesia se preparam para arregimentar os explorados por trás das eleições

NOSSA TAREFA:

**Defender o programa de reivindicações
contra o desemprego, subemprego,
a fome e a miséria**

**Lutar pela independência política
da classe operária e demais oprimidos**

**Construir o partido operário revolucionário,
marxista-leninista-trotskista**

**PÔR EM PÉ O PARTIDO
MUNDIAL DA
REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**

Viva os 80 anos da IV Internacional!

**POR publica o livro: “Pôr em pé o Partido Mundial
da Revolução Socialista. Reconstruir a IV Internacional”**

Lutemos pela independência política dos explorados

O quadro eleitoral está praticamente definido. O arranjo partidário é o primeiro passo para se lançar uma grande ofensiva sobre a maioria oprimida. Agora, os vários candidatos, respectivos partidos e alianças, partem para arrastar as massas.

A população, formada pela maioria de trabalhadores e pequena burguesia arruinada, nada influencia sobre os arranjos partidários, a definição de candidaturas e coalizões. Os partidos da burguesia respondem apenas ao poder econômico. É na sua cúpula que se trava a disputa entre as várias facções da política burguesa e é nela que tudo se decide. Pairam por cima das massas e são indiferentes às suas necessidades mais elementares. Preparam-se para mudar o governo, mantendo os capitalistas no poder e a maioria na condição de explorados. São os grandes partidos que decidem o rumo das eleições, a troca de presidente e a governabilidade.

As massas são colocadas tão-somente na condição de expectadoras. E não podem influenciar, mesmo que partidos como o PT digam que pretendem um “governo popular”, com “participação popular” e voltado às “causas populares”. A classe operária, que é a classe revolucionária, jamais terá qualquer ascendência sobre qualquer que seja o governo eleito. O exemplo do PT também serve para fundamentar essa afirmação absoluta. Os reformistas, evidentemente, sempre farão tudo para relativizá-la. Mas, sua própria política burguesa ou pequeno-burguesa sempre mostrará o seu contrário absoluto.

Não há na história republicana do Brasil e de qualquer outra parte em que o governo eleito esteja sob a influência de classe do proletariado. Não desconhecemos as experiências trágicas de governos de frente populares, que expressaram a caricatura de participação popular. Os recentes governos nacional-reformistas, que vêm caindo, um após os outros, ou por golpes de Estado ou pela via eleitoral, por sua vez, reafirmam a lei da política da sociedade capitalista, de que não é possível um governo eleito estar determinado pelas neces-

sidades e pela política do proletariado, que é a única força social, entre todos os oprimidos, capaz de definir o caráter de classe do governo.

As eleições não passam de um instrumento da democracia burguesa, que configura um dos regimes políticos de dominação de classe. Todos os que exortam as massas a apoiá-los em nome da democracia em geral, abstrata, servem aos capitalistas. É preciso, em toda situação, mostrar para os explorados o conteúdo e a forma de classe da democracia.

As eleições de outubro têm a particularidade de ocorrer depois do golpe de Estado que derrubou o governo eleito de Dilma Rousseff. Findada a transição da ditadura civil de Temer, prepara-se a instalação de um novo governo. A bandeira de que a democracia está de volta e que o País terá um governo legitimado pelo voto popular se assenta em uma grande fraude. O golpe se deu nas entranhas da própria democracia burguesa, que tem a particularidade de ser oligárquica. O Congresso Nacional, apoiado pelo aparato judicial, policial e militar, bem como na Constituição, utilizou-se do impeachment para cassar o voto de 54 milhões de votos que deram vitória a Dilma Rousseff.

As eleições que ocorrerão em outubro não restabelecem a democracia, nem a “legitimidade” do novo governo burguês. Estão condicionadas pelo golpe de Estado e pelas forças que deram vida à ditadura civil de Temer. A prisão de Lula e a cassação de seus direitos políticos marcam a fogo a disputa interburguesa e marcarão o resultado das eleições. Está mais do que claro seu caráter antidemocrático.

Não por acaso, a população se mostra cética, desconfiada e apática diante dos candidatos anunciados. Será preciso uma grande campanha de arregimentação para levá-la às urnas. A participação demagógica das esquerdas nesse quadro é vergonhosa. Cabe à vanguarda revolucionária lutar pela independência do proletariado, denunciando e explicando a função das eleições de preservar o domínio da burguesia. A bandeira de construção do partido revolucionário, marxista-leninista-trotskista, guiará nossa campanha pelo voto nulo.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Crise dos partidos da burguesia

Esgota-se o prazo para o registro das candidaturas para as eleições de outubro e ainda permanecem as indefinições. Os pré-candidatos vêm sendo confirmados. As dificuldades aparecem quanto às alianças e, conseqüentemente, à vice-presidência. Esse embrulho, no entanto, está sendo desamarrado. A candidatura do PSDB, Geraldo Alckmin, finalmente, conseguiu arrastar os partidos do “centrão”, que reúne uma parte considerável do poder político no Congresso Nacional. Esse arranjo isolou a candidatura do MDB, do ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles.

O fracasso de uma coalizão entre PSDB e MDB inviabilizou uma candidatura que expressasse a frente golpista que derrubou o governo de Dilma Rousseff. A incapacidade do DEM de tornar o Rodrigo Maia um candidato minimamente apoiado pela população explica por que a tríade que comandou o movimento do impeachment não estilhaçou ainda mais o quadro eleitoral. O DEM, que tem suas raízes no antigo partido da ditadura militar, a Arena, procurou abrigo no PSDB, que, por sua vez, surgiu como uma fração do antigo MDB, partido que se constituiu como uma oposição consentida ao mesmo regime militar. Desde a democratização, com o fim da ditadura em 1985, essa troika combina os interesses das principais frações da burguesia que comandam o País.

É bom lembrar que, na primeira eleição presidencial, pós ditadura militar, em 1989, PMDB, PSDB e PFL (hoje DEM) foram rechaçados eleitoralmente. Apossaram-se do poder do Estado com a destituição do governo Collor, por meio do impeachment (golpe institucional). Impediram o PT de chegar prematuramente ao poder do Estado com a utilização da poderosa máquina publicitária. Foram esses três partidos dominantes da burguesia que repetiram a façanha de derrubar o governo do PT, em 2016.

A prisão de Lula, através de um processo judicial fraudulento – sem demonstração de provas – e a cassação de seus direitos políticos, reproduziram as velhas formas autoritárias da política burguesa. Os golpistas não contavam, porém, que essa via aprofundaria ainda mais a crise política que vem se arrastando de governo a governo. É patente e vergonhoso que candidatos do tipo Alckmin precisem eliminar o caudilho Lula do processo eleitoral para se viabilizarem eleitoralmente. É nessa situação que a aliança do PSDB com o “centrão”, que serviu de base de apoio inclusive aos governos petistas, tem de reverter uma enorme rejeição à candidatura de Alckmin, principalmente na região Nordeste, onde o carisma de Lula é visível. Tudo indica que o MDB não tem possibilidade de deslocar um importante contingente das massas para a candidatura de Meirelles, embora seja a mais poderosa máquina partidária da burguesia.

A ausência de Lula, sem dúvida, permitiu que se destacasse a candidatura embusteira de Ciro Gomes, pelo PDT. Como era esperado, o homem se vestiu de um seminacionalismo, de arauto do desenvolvimento nacional e de centralização política do Estado. Em um lance eleitoreiro, prometeu libertar Lula e disciplinar o judiciário. O objetivo original de atrair o PT e o PSB para uma frente não teve como se viabilizar. O PT jamais pode-

ria abrir mão da popularidade de Lula, cuja prisão não fez senão consolidá-la. O PSB se encontra dividido e teme colocar-se por detrás de Ciro Gomes. Um passo em falso pode comprometer, desastrosamente, os resultados das eleições estaduais.

A candidatura do assumido direitista Jair Bolsonaro despertou desconfiança da burguesia. Não lhe parece, no momento, necessário abrir, de par em par, as portas aos militares e politizantes fascizantes. A crise não chegou ao ponto de ser lançada a última cartada da reação. Bolsonaro, por enquanto, tem sido mais expressão do desespero de uma camada da classe média, que arrasta um contingente de pobres profundamente despolitizados, do que de um deslocamento de frações da burguesia nacional. Seu partido não tem transcendência para dirigir os negócios do grande capital e enfrentar as contradições do capitalismo em decomposição. Lembra o PRN que serviu ao franco atirador Collor nas eleições de 1989. Com a diferença de que, naquele momento, os explorados pendiam para a candidatura de Lula e os grandes partidos da ordem se mostravam im-

A indefinição sobre a candidatura do PT, considerando que Lula terá o seu registro cassado, projeta uma incógnita no processo eleitoral. É esperada a provável substituição do caudilho pelo ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad. Trata-se de uma figura afeita à pequena burguesia e dado a fácil adaptação às pressões da burguesia. Somente mais à frente saberemos o lugar e o papel do PT na definição do novo governo burguês.

populares. O mais importante, porém, é que Bolsonaro retrata o fortalecimento de uma tendência objetiva a posições antidemocráticas e fascizantes da burguesia.

Esse é o quadro que se apresenta a 15 dias do registro das candidaturas. Os demais partidos pouco pesam no balanço das eleições. A indefinição sobre a candidatura do PT, considerando que Lula terá o seu registro cassado, projeta uma incógnita no processo eleitoral. É esperada a provável substituição do caudilho pelo ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (ainda se discute se esse é o melhor nome). Trata-se de uma figura afeita à pequena burguesia e dado a fácil adaptação às pressões da burguesia. Somente mais à frente saberemos o lugar e o papel do PT na definição do novo governo burguês.

O PT, finalmente, fez um acordo com o PSB para afastá-lo do PDT. Agora, agudizou o conflito com Ciro Gomes. Há uma crise no estado do Ceará, onde o governador do PT, Camilo Santana, negociou o apoio a Ciro e, ao mesmo tempo, ao presidente do Senado, Eunício de Oliveira, do MDB. Em Pernambuco, o conflito com o PSB se prolongou até o acordo que garantiu a “neutralidade” do PSB no 1º turno. Tudo indica que, em Pernambuco, o PT ampliará sua crise interna, como a do Ceará. Porta-vozes da direita golpista aproveitaram essa conduta do PT para denunciar seus acordos estaduais com partidos e políticos que participaram da derrubada de Dilma Rousseff. Impressiona a disposição do PT de se aproximar de Ciro Nogueira, do PP do Piauí. Esse corrupto foi uma das figuras de proa no processo do impeachment. Evidentemente, não se trata de novidade. O PT

há muito faz alianças indistintamente, seguindo a tradição da política oligárquica.

A burguesia e, em especial o capital financeiro, colocará seus recursos para inflar a candidatura de Alckmin, que nasceu murcha. Caso fracasse essa variante – a do MDB não comparece como possibilidade –, a crise política ganhará novos contornos. Nenhuma das demais variantes atende à perspectiva de continuidade da política econômica, que serviu ao golpe de Estado e garantiu a existência da ditadura civil de Temer, bem como a aspiração de uma governabilidade mais estável. É bem possível que a candidatura do MDB acabe escorando a aliança do PSDB com o “centrão”. O poder econômico e a imprensa monopolista intervirão, pelo menos, para levar Alckmin ao segundo turno. O que lhe dará a chance de vencer o pleito. É compreensível a imprecisão das tendências eleitorais. A exclusão de Lula, de um lado, e a rejeição da população à candidatura de Alckmin, de outro, potenciaram a confusão política. Os meios e o método da

burguesia para dissipá-la se assentam no farto financiamento de campanha e na poderosa intervenção da imprensa monopolista a favor de Alckmin.

As eleições são o campo da política burguesa. Sempre predominarão as pressões sobre as massas, que não contam com um poderoso partido do proletariado. Quer queira, quer não, todos os partidos, da direita à esquerda, contribuem para que tais pressões sejam levadas a termo. A bandeira de “candidaturas democráticas”, incluindo a de Lula, em oposição às candidaturas antidemocráticas está condicionada à lei geral de que as eleições são parte e instrumento do Estado burguês, portanto, da ditadura de classe da burguesia.

A vanguarda revolucionária terá de denunciar todas as variantes eleitorais e trabalhar no seio dos explorados pela construção do partido revolucionário, marxista-leninista-trotskista, defendendo um programa de reivindicações, o método da ação direta e a estratégia da revolução proletária.

Até onde chegará a campanha do “Lula Livre”

As eleições são o momento decisivo para a campanha do PT e de seus aliados em torno da libertação de Lula. Está aí por que não foi possível abrir mão de sua candidatura. Se o apoio de mais de 35% do eleitorado a Lula, principalmente das camadas mais pobres, não tem sido suficiente para quebrar a medida que cassa seus direitos políticos, portanto, arrancá-lo das mãos da justiça arbitrária, pelo menos permite ao PT denunciar a perseguição autoritária e contar com milhões de votantes em outubro. Está claro que o apoio eleitoral não abrirá as grades da Polícia Federal. Essa conclusão se aplica quando Lula estava livre, respondia ao processo de corrupção e no momento em que o juiz Sérgio Moro decretou sua prisão.

O PT, CUT, MST, Frente Brasil Popular e aliados foram incapazes de erguer a classe operária contra o golpe de Estado e a ditadura civil que se instalou no País. O momento mais importante na luta de classes, que poderia quebrar o espinhaço da direita mais reacionária, abrigada no aparato judicial e policial, foi o da greve geral de 28 de abril de 2017. A classe operária atendeu ao chamado das centrais e sindicatos a combater as reformas trabalhista e previdenciária, bem como a lei da terceirização. Não estava preocupada com os choques interburgueses em torno da corrupção, da Operação Lava Jato e dos processos. Estava apreensiva com os ataques às condições de trabalho, de existência de suas famílias e do seu futuro na velhice. Mas, sem dúvida, o avanço dessa luta e a organização independente em todo o País, apoiada em assembleias e comitês de base, golpeariam o movimento antidemocrático da frente burguesa golpista e fechariam passagem à direita. Precisamente, a imposição da democracia operária, das massas oprimidas, por meio de suas próprias organizações, evidenciaria o caráter oligárquico da democracia burguesa, a putrefação

de seus partidos e a brutalidade de seus governos. A disposição de luta, que ficou bem clara em abril do ano passado, abriu caminho para as assembleias, comitês e as manifestações de rua. Aí estavam os germes da democracia operária, surgidos em contraposição à velha e arcaica democracia oligárquica e ao Estado capitalista. Mas o PT e as burocracias sindicais não se apoiam na democracia operária, mas sim na democracia burguesa.

O processo contra Lula, antecedido da prisão de importantes dirigentes do PT, a exemplo de José Dirceu, se deu inteiramente por meio das instituições estatais, seguindo o ritual da Justiça, que, em última instância, é sempre fraudulenta, e está condicionada pelo poder econômico. Essa é a democracia real do País, distinta das abstrações petistas. É nas entranhas dessa

democracia e sob a presidência da República de Dilma Rousseff que se gestou o golpe de Estado e preparou o caminho para prender Lula e afastá-lo, pelo menos temporariamente, da vida pública.

A campanha do “Lula Livre” é um reflexo da própria adaptação do PT à democracia vigente. É patente, portanto, que os explorados não mexerão um dedo, como não mexeram anteriormente, para restituir os direitos políticos do

caudilho, que permanecerá preso, pelo menos, até a conclusão da transição ditatorial. Não se pode confundir manifestações de pequenas camadas sociais com um movimento da classe operária. É importante entender que a campanha de “Lula Livre” está distante do conteúdo e da forma da luta pelas liberdades democráticas, que só pode servir ao proletariado caso expresse a luta pelo seu programa contra a exploração do trabalho, a miséria e a fome, em resumo, a luta anticapitalista. A subordinação da libertação de Lula à democracia burguesa e à via eleitoral é a negação da luta operária pelas liberdades democráticas.

Favreto chacoalha a caixa de maribondos

O fato ficou para trás, mas é bom que seja registrado. Apesar de não passar de um relâmpago no céu azul, causou correria na Justiça e na Polícia Federal. A imprensa monopolista imediatamente armou um temporal contra o habeas corpus em favor de Lula, expedido pelo desembargador Rogério Favreto, no plantão do Tribunal Regional Federal (TRF-4), no dia 8 de julho. Foi como se alguém tivesse chacoalhado a caixa de maribondos. O juiz Sérgio Moro, que estava gozando suas férias nos Estados Unidos, foi acionado para expedir uma contra-ordem de soltura. O presidente do TRF-4, Carlos Eduardo Thompson Flores, anulou o habeas corpus, acatando a orientação do desembargador João Pedro Gebran Neto, de não se cumprir a libertação de Lula.

Favreto aceitou o pedido assinado pelos deputados petistas Wadhi Damous, Paulo Teixeira e Paulo Pimenta. Pelo ordenamento, a decisão do desembargador deveria ser acatada pela Polícia Federal. O levante de juízes, desembargadores e imprensa impediu que fosse validado o habeas corpus. Favreto foi acusado e vilipendiado por ter sido um homem do PT. Sua posição contrária ao fraudulento processo que concluiu com a condenação de Lula sem provas era perfeitamente conhecida. Seu gesto não deu algumas horas de liberdade a Lula, mas serviu para denunciar a horda reacionária que se colocou a serviço da diretriz que cassou os direitos político-eleitorais de Lula. Ao mesmo tempo, expôs mais um capítulo da impotência do PT diante da discricionária justiça burguesa.

“Dia do Basta” Para que servirá?

Os protestos estão sendo convocados em vários estados pelas centrais sindicais. A ideia é a de usar a bandeira do “BASTA”, para denunciar o desemprego, a aplicação da reforma trabalhista, o aumento do preço do gás de cozinha, os cortes na saúde e educação e as privatizações. A CUT acrescenta a sua bandeira de defesa da “democracia” e da candidatura de Lula.

Está claro que esse tipo de protesto em meio à corrida eleitoral não tem, de fato, por objetivo organizar a classe operária e demais explorados para combaterem a ofensiva da ditadura civil de Temer e da burguesia contra a vida das massas. Para se lutar seriamente pelos empregos, salários e derrubada das reformas e privatizações antinacionais e antipopulares, é preciso mobilizar os assalariados, desde as fábricas até os locais de trabalho em que os explorados padecem do mal comum proveniente da opressão capitalista. O ponto de partida seria o de convocar as assembleias sindicais, populares e estudantis. Erguer os comitês de base. Constituir um comando de frente única, apoiado nas assembleias e nas mobilizações de bairros. Organizar as manifestações locais, regionais e nacionais voltadas à convocação da greve geral, numa clara retomada das lutas de abril de 2017.

Não há interesse, nem vontade das frações burocráticas, que comandam as centrais e sindicatos, de organizarem um movimento de massa para golpear a política econômica vigente, as medidas reacionárias em curso e as consequências nefastas da crise capitalista. Não querem responder com a luta de classes às privatizações e à desnacionalização da economia, que exigem estruturar uma frente única anti-imperialista. A ditadura civil de Temer vem impulsionando seu plano de entrega dos ativos estatais – petróleo, eletricidade, minérios, transporte,



A CUT, que está obrigada a carregar a bandeira da democracia burguesa e da candidatura de Lula, deixa claro seu objetivo, apresentando o dia 10 de agosto como um meio para amparar o registro da candidatura de Lula no dia 15 no Supremo Tribunal Federal.

etc. – sem que as centrais tenham mexido um só dedo contra o plano entreguista. De maneira que a bandeira do “BASTA” não preocupa o governo, nem os exploradores do povo.

A CUT, que está obrigada a carregar a bandeira da democracia burguesa e da candidatura de Lula, deixa claro seu objetivo, apresentando o dia 10 de agosto como um meio para amparar o registro da candidatura de Lula no dia 15, onde fará uma manifestação em frente ao Supremo Tribunal Federal. A bandeira de disputa “nas ruas e nas urnas” é um embuste. Procura convencer os desempregados, os subempregados, os pobres e miseráveis que é com a volta do PT ao poder do Estado e com Lula à frente que se revogarão as medidas do governo “ilegítimo”, na verdade do governo de ditadura civil.

O certo é que qualquer que seja o governo eleito manterá a reforma trabalhista, a terceirização e imporá a reforma da previdência, assim como continuará com as privatizações. Qualquer que seja o governo, estará atado à gigantesca dívida pública e à monumental carga de juros. Nenhum governo burguês, por mais à esquerda que seja, atacará o capital financeiro, os latifundiários e a grande propriedade dos meios de produção. A experiência dos governos petistas foi mais do que suficiente para evidenciar a impotência e o fracasso do nacional reformismo. O palavreado sobre a democracia, a justiça social, a soberania e os direitos do povo se esfacela diante do poder econômico que dita, em última instância, a forma do governo e a governabilidade.

Seria muito bom se as centrais estivessem empenhadas em retomar a luta inicial contra o governo golpista e as suas reformas. Não temos dúvida de que a classe operária responderia positivamente, uma vez que está com esse governo através-

sado na garganta. Mas, sabendo que vai ser manipulada para fins eleitorais, não porá de lado suas desconfianças e rejeição à burocracia sindical traidora. Ao contrário, as aumentará. A burguesia e seus partidos estão desesperados com tamanha rejeição das massas aos partidos, aos governos e ao Congresso Nacional apodrecido, que se reflete na disputa eleitoral. Toda ação para reanimar as ilusões democráticas dos oprimidos serve tão somente à manutenção do domínio de classe da burguesia.

A campanha do PT e de seus aliados em torno da democracia como regime político burguês, principalmente ocultando a

concretude de seu caráter oligárquico, não faz outra coisa senão insuflar as ilusões democráticas, que em essência subordinam a classe operária, os camponeses pobres e a classe média urbana arruinada ao poder de Estado da burguesia.

Estamos de acordo em organizar a luta por um verdadeiro BASTA, mas não é o que a burocracia sindical planejou. Nossa bandeira: organizar a luta das massas, desde as fábricas, sob um programa de reivindicações vitais, apoiada em assembleias e comitês de base. Por esse caminho, é possível derrotar o governo golpista e a implantação de seu plano antinacional e antipopular.

Plenária interestadual de sindicatos: clara manifestação eleitoreira

No dia 20 de julho, ocorreu a Plenária Interestadual de sindicatos de SP e RJ de preparação para o dia 10/8, chamado de “Dia do Basta”. Contou com cerca de mil pessoas, que incluía a burocracia sindical cutista e de outras centrais, representantes das direções sindicais e de partidos políticos que apoiam a candidatura de Lula.

Na abertura, falou Vagner Freitas, presidente da CUT nacional, ressaltando que a organização do dia 10 de agosto tem como objetivo “demonstrar força” dos trabalhadores diante do quadro de ataques do governo “ilegítimo” de Temer. No entanto, enfatizou que o Dia do Basta deve ter como principal objetivo a luta pela libertação de Lula. Que a luta dos sindicatos deve ser pela “eleição de Lula a presidente”. Logo depois, falou o parlamentar do PT, Lindberg Farias, destacando e enaltecendo Lula como “único candidato das esquerdas”. Ainda pelos parlamentares do PT, falaram Gleisi Hoffmann, Eduardo Suplicy e Vicentinho, que seguiram na mesma linha de discurso.

Nota-se que a plenária sindical, que deveria ter como objetivo central organizar a classe operária e demais explorados para que o dia 10 de agosto fosse verdadeiramente de luta, serviu apenas de tribuna para os políticos do PT. As bandeiras “Basta de desemprego, etc. ficaram em segundo plano. As bandeiras foram “Lula Livre”, “Brasil urgente, Lula Presidente”. Tratou-se, portanto, de uma plenária eleitoreira.

A burocracia sindical distribuiu um boletim que convocava o dia do Basta. E um documento que continha a tal da “Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora”, assinado pelas principais centrais sindicais. Uma plataforma eleitoral que diz: “As Centrais Sindicais consideram as eleições livres e democráticas de 2018 primordiais para a construção de compromissos com a futura agenda de desenvolvimento do País, para qual o mundo do trabalho deve ter centralidade estratégica”.

O POR esteve presente, divulgando o Jornal Massas e seus livros, entre eles “O ascenso e queda do PT” e “Do golpe de Estado à ditadura civil”. Mas, como se tratava de uma plenária eleitoreira, de parlamentares e de burocratas sindicais, os materiais do partido revolucionário não despertaram interesse. Isso por que estão em choque com a política de conciliação de classes do PT e com os interesses dos burocratas carreiristas. Mesmo assim, aqueles que foram à banca observaram e folhearam as publicações. Tanto o livro “Ascenso e queda do PT” quanto “Do golpe de Estado à ditadura civil” contêm uma vigorosa e rigorosa análise da política do nacional-reformismo, de sua profunda adaptação ao capitalismo e à democracia oligárquica. É natural que os petistas, principalmente a sua camada vinculada à burocracia partidária, não desejem e renunciem à leitura, como uma forma de não ver no espelho sua real imagem, e preferem o isolamento de seu principal crítico.



Denúncia dos trabalhadores do setor de eletroeletrônicos e tecnologia. É preciso pôr abaixo a Reforma Trabalhista. Exigir sua imediata revogação, por meio da luta nas fábricas e nas ruas. Retomar a greve geral

Uma grande empresa do setor de eletroeletrônicos e tecnologia, localizada em São Paulo, cortou a 9ª hora trabalhada, o que representa uma redução de aproximados R\$ 500,00 nos salários. A fábrica efetuou cortes até no valor da PLR, como o da última, que reduziu de R\$ 1.650,00 para 1.500,00, por conta dos produtos rejeitados no controle de qualidade da produção e que entram no cálculo de pagamento. O objetivo é despejar a crise econômica sobre as costas dos operários e ampliar seus lucros.

Os operários estão agora diante da aplicação da maldita reforma trabalhista, aprovada sob a ditadura civil de Temer, que enterrou o pouco que restava de direitos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo às empresas, entre outras coisas, acabar com o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT). A fábrica, apoiada por essa nova lei que favorece todos os capitalistas, começou a implementar uma das medidas mais cobiçadas pela patronal para intensificar sua exploração: a jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso (repouso), que, além de resultar em uma perda salarial de mais de R\$ 400,00, é um passo para a adoção do trabalho intermitente, que permite ao capital dispor do trabalho como bem quiser.

Assim, essa fábrica já não mais necessita negociar com o sindicato um acordo coletivo para aplicar as medidas de ataque. Essa brutal reforma trabalhista permite que os chamados acordos para a adoção dessa terrível jornada possam ser agora individualmente impostos, ou seja, mediante pressão da empresa diretamente sobre cada operário.

A empresa, nos últimos dois meses, elevou a quantidade de operários submetidos a essa cruel jornada de trabalho, de três para

150, aproximadamente. Em decorrência dessa jornada, operários já começaram a apresentar problemas de saúde, como indicam os casos ocorridos e relatados de esgotamento físico, desmaio e mal-estar. Os motivos para aceitarem trabalhar nessa jornada são os mais diversos, geralmente relacionados à cobertura de seus planos de saúde, às necessidades de suas famílias e à proximidade da obtenção da aposentadoria.

Os operários das demais fábricas, de todos os ramos e setores de atividade industrial, certamente, estão ou estarão diante de situações semelhantes. Todos vêm sendo submetidos a essas medidas. Deverão enfrentar igualmente outras investidas das empresas e do governo ditatorial que as representa. Para se defenderem contra elas, é preciso ir à luta, organizar a mobilização desde as fábricas para ganhar as ruas de forma unificada.

Os capitalistas, cada vez mais e de conjunto, atacam a vida dos operários, os empregos, os salários, as condições de trabalho, os direitos dos que produzem toda a riqueza. Apropriam-se de toda essa imensa riqueza através, principalmente, do lucro que extraem do trabalho proletário. Por isso, é mais do que necessário desencadear a luta classista do proletariado contra todos os ataques perpetrados pela burguesia, objetivando retomar a greve geral de 28 de abril de 2017.

Para desenvolver essa luta de forma unificada, é preciso exigir das direções sindicais a convocação de assembleias democráticas para aprovar a mobilização direta e coletiva. Só a classe operária organizada poderá pôr em pé um vigoroso movimento de massa para enfrentar o governo golpista, os capitalistas e derrubar as reformas trabalhista e previdenciária e a lei da terceirização.

Ceará: Todo apoio à GREVE da Construção Civil!

Abaixo o Sinduscon! Que os patrões atendam imediatamente as reivindicações da categoria!

Trabalhadores, os patrões não se cansam de atacar nossas condições de vida. O maldito governo de Michel Temer, governo dos patrões, aprovou em 2017 a reforma trabalhista para beneficiar os capitalistas e destruir nossos direitos trabalhistas. Eles querem que trabalhem até morrer e recebamos um salário de fome.

O Sinduscon oferece apenas 1,8% de reajuste este ano, quando a inflação oficial foi de quase 3% em 2017, e o preço dos alimentos e combustível dispararam. Só a passagem de ônibus subiu 6,7% no ano passado e 6,25% neste ano! Não dá pra aceitar esse reajuste e a nossa arma é a GREVE até a vitória!

Mas, os patrões também querem implantar o banco de horas e acabar com a hora extra paga. Querem aumentar com isso a jornada de trabalho e reduzir a PLR (participação nos Lucros e Resultados). O piso salarial das diversas categorias de trabalhadores da construção civil é miserável e mal dá pra viver. Pra derrotar os patrões e melhorar nossas condições de vida é preciso parar todos canteiros, fortalecer a greve, unir todos na luta e usar ação direta (bloqueios, passeatas, piquetes).

O capitalismo maldito é a sociedade onde os patrões dominam, essa sociedade está podre. É preciso lutar pela revolução

proletária no Brasil e acabar com o poder dos burgueses (patrões) e construir uma sociedade nova, socialista. Só assim haverá vida digna para nossas famílias!

É preciso Lutar por:

Salário Mínimo Vital, que mantenha dignamente uma família de 4 pessoas e seja calculado nas assembleias da categoria!

Escala móvel das horas de trabalho (Redução da jornada sem redução salarial para que haja emprego a todos)!

Educação, Saúde, Moradia e Transporte a todos!

Pelo Não Pagamento das dívidas interna e externa!

Estatização de todos os bancos!

Abaixo a Reforma Trabalhista e a Lei da terceirização!

Não às privatizações da Eletrobrás, Correios e a entrega do Pré-Sal!

Abaixo Temer, governo de Ditadura Civil!

Por um Governo Operário-Camponês!

Abaixo o Capitalismo!

Pela Revolução proletária e Socialismo!

Contra Temer e suas Reformas! Pela Frente Única Sindical

Aprovado PL dos agrotóxicos

Destruição da natureza expõe a opressão nacional

Em 25 de junho, 26 deputados — entre os quais 20 formam parte da Frente Parlamentar da Agropecuária/FPA —, aprovaram na Comissão Especial da Câmara o Projeto de Lei (PL) 6299/02. Pretende-se liberar o uso de agrotóxicos, incluindo os que causam câncer e doenças genéticas comprovadas. Não por acaso, querem mudar a própria nomenclatura das substâncias venenosas, que passarão a ser tratadas como “pesticidas” em vez de “agrotóxicos”.

A lei vigente, de 1989, exige que os pesticidas devam ser aprovados tanto pelo Ministério da Agricultura, quanto pelo Ibama - vinculado ao Ministério do Meio Ambiente - e pela Anvisa - vinculada ao Ministério da Saúde. E proíbe uso de produtos “para os quais o Brasil não disponha de métodos para desativação de seus componentes”, “para os quais não haja antídoto ou tratamento eficaz no Brasil”, que “revelem características teratogênicas, carcinogênicas ou mutagênicas”, “provoquem distúrbios hormonais, danos ao aparelho reprodutor”, “se revelem mais perigosos para o homem do que os testes de laboratório, com animais, tenham podido demonstrar” ou “cujas características causem danos ao meio ambiente”.

OPL6299/02 elimina todas essas restrições, proibindo “apenas” os produtos que “apresentem risco inaceitável para os seres humanos ou para o meio ambiente”. Por outro lado, reduz os prazos de avaliação e aprovação. Com a atual lei, o processo pode durar entre quatro e oito anos, ocorrendo que grande parte dos agrotóxicos esteja “obsoleta” ao entrar no mercado, quando não rejeitados por estar composta por substâncias proibidas. Com a nova lei, não se poderá ultrapassar dois anos. Cumprido esse prazo, o agrotóxico ganhará automaticamente um “registro temporário” de 30 dias de aprovação, se esse produto for autorizado em pelo menos três países membros da OCDE, mesmo que seus efeitos sejam desconhecidos.

Visando a esse objetivo, se criará a CTNFito, órgão subordinado ao Ministério da Agricultura e único responsável pela avaliação e aprovação dos produtos. Ocorre que o Ministério da Agricultura sempre esteve subordinado aos interesses dos latifundiários e dos monopólios agroindustriais, nacionais e internacionais. Blairo Maggi, atual ministro, é um dos maiores latifundiários e empresários agroindustriais do país. É o autor do projeto aprovado (o PL dos agrotóxicos foi apresentado por Maggi quando era senador, em 2002). Está aí por que, com uma existência de mais de dez anos, o PL6299/02 pode ser, finalmente, aprovado, sob a ditadura civil de Temer.

É, nessas condições, que o capital financeiro e os monopólios impuseram uma legislação reacionária e depredatória aos gigantescos recursos naturais e ambientais da nação oprimida. A sua aprovação se dá na contramão do que ocorre nas potências,

onde se restringe o uso dos agrotóxicos e se subsidia a produção de “alimentos orgânicos”. Contrariamente, no Brasil, se libera o seu uso e ampliam os incentivos fiscais (redução de 60% do ICMS e a isenção do PIS/COFINS e do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados). O que explica o fato do agronegócio ter exportado R\$ 90 bilhões anuais e o Tesouro arrecadado apenas R\$ 44 milhões. Somente o estado de São Paulo despendeu R\$ 1,2 bilhões anuais em isenções fiscais aos agrotóxicos.

O Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking mundial de consumo de agrotóxicos: US\$ 7,1 bilhões, enquanto que nos Estados Unidos é de US\$ 6,6 bilhões. Nos últimos dez anos, o mercado nacional para esse setor cresceu 190%, enquanto foi de 93% no

mundo todo. Como se vê, trata-se de um negócio bilionário para as multinacionais, que passaram a controlar a produção e comercialização da produção agrícola e agroindustrial. Não por acaso é que Syngenta (Suíça), Bayer (Alemanha), Basf-Monsanto (Alemanha), DuPont (Estados Unidos) e FMC (Estados Unidos) são dominantes no Brasil. Usam o poder de monopólio, que controla 85% do mercado de agrotóxicos e de alimentos no mundo, obtendo dessa forma lucros extraordinários.

O fundamental do acima exposto reside em que a legislação permissiva, os baixos impostos, a aplicação de agrotóxicos em grande escala e os gigantescos subsídios à exportação de commodities agrícolas não apenas reproduzem e ampliam esse ciclo expansivo dos lucros monopolistas, como também recrudescem a opressão nacional, a anarquia da produção, a ruína do solo e envenenamento da água e alimentos.

Segundo um relatório da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), publicado em 2015, na última década, aumentou-se 288% o uso de pesticidas no país. 70% dos alimentos “in natura” estava contaminado por agrotóxicos. 28% está submetido à aplicação de agentes químicos e pesticidas altamente contaminantes não autorizados. Entre 2007 e 2015, houve 84.206 casos comprovados de intoxicação por uso de agrotóxicos. Estima-se ainda que seu uso cause 70.000 intoxicações agudas e crônicas por ano (câncer, malformações fetais, alterações hormonais, desequilíbrios neurológicos e comportamentais, etc.). Segundo o INCA, os brasileiros consomem o equivalente a um galão de cinco litros de veneno a cada ano. O que atinge tanto os assalariados diretamente ligados à produção agroindustrial e agrícola, quanto aqueles que ingerem alimentos e água contaminados.

Nota-se que são os assalariados que carregam não apenas a brutal exploração e flexibilização capitalista do trabalho, com baixos salários e miséria, quanto arcam também com a destruição de sua saúde e das condições essenciais para a reprodução



O capital financeiro e os monopólios impuseram uma legislação reacionária e depredatória aos gigantescos recursos naturais e ambientais da nação oprimida.

da vida humana. Não por acaso é que as doenças por agrotóxicos inutilizam milhões de horas de trabalho e esgotam as forças físicas do principal componente da produtividade social, a força de trabalho.

Está aí o retrato da barbárie e da anarquia da produção agroindustrial e agrícola, que expressam os interesses do grande capital financeiro, industrial e fundiário. Na fase de desagregação do capitalismo, cabe aos países semicoloniais e atrasados arcarem com a depredação intensiva de seus recursos naturais, a destruição de suas forças produtivas e das condições da reprodução da vida humana (solo, água e alimentos), em benefício dos lucros monopolistas.

Como assinalava Marx no *Capital*, “a produção capitalista somente desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na mesma medida em que destrói as fontes de toda a riqueza: a terra e os trabalhadores”. Cada inovação técnica que serve ao aumento da produtividade do solo, sob o capitalismo é, ao

mesmo tempo, a via da progressiva destruição e ruína da fonte de sua fertilidade em longo prazo. De forma que a exploração agrícola racional e compatível com a busca da melhor forma de relação do homem com a natureza é incompatível com o capitalismo. O proletariado tem como resposta o programa de socialização da propriedade dos meios de produção, que permitirá a planificação racional e consciente da produção social.

A revolução liderada pelo proletariado, aliado aos camponeses pobres, a expropriação do grande capital monopolista e a transformação dos meios de produção em propriedade coletiva criarão a base material, social e política necessária para implantar exploração racional das fontes da riqueza natural e, assim, pô-las o serviço do desenvolvimento harmônico das condições de produção, através da planificação da economia estatizada. A expropriação dos latifúndios e da agroindústria e a nacionalização das terras é parte integrante e indissolúvel dessa tarefa.

Rio Grande do Norte

A farsa da Escola de Tempo Integral

Em Natal, a Escola Estadual Francisco Ivo Cavalcanti (FIC) é uma das poucas escolas que se destaca por projetos desenvolvidos com os alunos, sobretudo os relacionados à leitura de textos literários na biblioteca. Já houve, inclusive, projetos com duração de mais de 10 anos, devido à boa aceitação dos estudantes. No entanto, depois da imposição da Escola de Tempo Integral (ETI), em vigor este ano, o FIC não é mais o mesmo, e os projetos praticamente se extinguíram, o que fez confinar ainda mais os estudantes dentro da sala de aula.

Como consequência da ETI, cerca de 80% dos professores tiveram de deixar a escola, pois, muitos docentes são obrigados a dar aulas em várias escolas para poder complementar a escassa renda. Mesmo os professores que ainda continuam no FIC acabam trabalhando o dia inteiro e não recebem, sequer, a mísera gratificação que lhes prometeram quando foram ludibriados em aceitar o novo “modelo” de ETI, vendido como “inovador”. Agora são coagidos a trabalhar sem receber.

Hoje professores, estudantes e pais sentem na pele o real motivo da reforma. Muitos professores temem o futuro, não sabem se amanhã poderão ainda estar na escola, pois, a Secretaria de Educação vem fazendo pressão para enxugar ainda mais o corpo docente. Nos últimos dois meses, os professores de história, matemática e filosofia estavam sendo ameaçados pela SEEC de deixar a escola, sob a justificativa de “carga horária ociosa”. Tal ofensiva vai ao encontro da perspectiva de alocar os currículos por áreas de conhecimento, em que as disciplinas autônomas já não servem mais, deixando a cargo de um professor de humanidades, por exemplo, ministrar as aulas de história, geografia, etc. Além disso, muitos professores revezam para dar “aulas” de outras disciplinas em que há falta de professores (é o caso de física), degenerando de vez qualquer possibilidade de se aprender cientificamente o conteúdo da matéria. Dessa forma, os professores estão obrigados a conviver com a perseguição da Secretaria, baixos salários e empregos precarizados, além de acentuar o desemprego entre os demais professores. A categoria resiste como pode, mas sem uma direção que aponte para uma luta revolucionária, acabam amargando o peso da decomposi-

ção da educação.

Além disso, contabiliza-se que havia 798 estudantes matriculados no FIC em 2017. Hoje, depois da imposição da ETI, restam apenas 198 alunos. Ou seja, 75% dos estudantes foram excluídos da escola, uma vez que muitos trabalham em um dos turnos ou precisam procurar por emprego. A ETI é incompatível com as condições de vida dos jovens explorados. Os poucos estudantes que restam, desempregados, agonizam na prisão que se tornou a escola. Vez por outra, inclusive, ouvem-se relatos acerca de estudantes que tentam pular os muros para “fugir”. Trata-se de um sintoma nefasto do efeito que a ETI tem causado na juventude oprimida. O ensino memorístico, sem conexão com a realidade, somado ao confinamento dos jovens, são a resposta do ensino burguês em sua fase de desintegração.

A violenta ofensiva contra a escola pública e a opressão à juventude e aos trabalhadores em educação é parte do ataque do capitalismo putrefato. Está aí por que é preciso derrubar a farsa da Escola de Tempo Integral e defender o acesso a todos à educação pública. Lutar pela estatização de todo o sistema educacional e colocá-lo sob o controle de quem trabalha e estuda. O que significa levantar a bandeira de um único sistema educacional público, laico e vinculado à produção social. Defender a juventude explorada por meio da luta por “Nenhum jovem sem escola, nenhum jovem fora da produção social”. Trata-se de um combate que tem como ponto de partida as reivindicações elementares, como a do salário mínimo vital, emprego a todos por meio da redução da jornada sem redução dos salários, bem como a luta para pôr abaixo a PEC do Teto que cortou recursos da saúde e da educação e as reformas trabalhista, previdenciária e do ensino médio. É no enfrentamento direto contra os governos e suas políticas privatizantes que uma parcela importante dos explorados e da juventude compreenderá a importância de derrubar o capitalismo putrefato, incapaz de garantir emprego, salário, saúde e educação à maioria oprimida. Compreenderá, assim, que uma nova educação é incompatível com o capitalismo em desintegração. E que uma nova escola será fruto da revolução proletária e da edificação da sociedade socialista.

O embuste do dia “D” da BNCC do Ensino Médio

O Ministério da Educação convocou para 2 de agosto, o dia nacional para a discussão da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) do Ensino Médio: o chamado “Dia D”. Deu orientações para esse dia: programação, vídeos para professores, pais e estudantes. Tudo para convencer os trabalhadores, estudantes e suas famílias de que a BNCC do Ensino Médio melhoraria as condições de ensino e de que uma Reforma do Ensino Médio era necessária diante do fracasso escolar, apontado pelas avaliações externas. Segundo o governo, professores e comunidade escolar deveriam discutir o documento proposto e apontar sugestões e possíveis emendas ao projeto. Alegou que essa era uma forma democrática ao dialogar com os envolvidos no processo educacional. Tudo mentira! O documento já está pronto. A farsa do diálogo com a comunidade escolar serve, no entanto, para legitimar mais um ataque à educação Pública.

É preciso ter claro que a derrubada da reforma do ensino médio e da BNCC dependerá de uma luta nacional, que tenha como objetivo a greve geral. Será necessária a unidade de todos os trabalhadores com a classe operária contra as demais reformas como a da Previdência e Trabalhista.

A BNCC tem, na sua essência, a privatização do ensino, a retirada de disciplinas (que causará desemprego aos professores) e a imposição do Ensino a Distância. A Reforma do Ensino Médio é parte das reformas que vêm sendo implantadas pela ditadura civil Temer, assim como a Trabalhista, a PEC do Teto e a Lei da Terceirização. A reforma da Previdência continua sendo uma das prioridades.

A Corrente Proletária na Educação denunciou a farsa do “Dia D”. Defendeu o boicote a todos os questionários e propostas apresentadas pelo governo. Alertou para o perigo da legitimação de um projeto tão nocivo aos trabalhadores e à juventude operária. Nas escolas estaduais de São Paulo houve boa adesão ao boicote. Na E.E. Prof. Pio Telles Peixoto, por exemplo, os professores, pais e estudantes rechaçaram o documento mesmo diante de representantes da Diretoria de Ensino, que foram à reunião. E assinaram um abaixo-assinado contrário à implementação da Base e Reforma do Ensino Médio.

Na rede municipal de São Paulo, há apenas oito escolas de Ensino Médio: as EMEFMs. A Corrente Proletária também atuou denunciando e defendendo o boicote.

O silêncio da burocracia do SINPEEM

Diferentemente do o sindicato de professores (APEOESP), que se posicionou contrário ao “Dia D”, o sindicato ds municipais (Sinpeem) ficou em um silêncio. As escolas que contavam com representantes mais politizados se organizaram para rechaçar a farsa e se dirigiram até o sindicato, exigindo um posicionamento da direção do Sinpeem. Foi a conduta tomada pela comissão de duas EMEFMs (EMEFM Derville Allegretti e EMEFM Vereador Antônio Sampaio). O silêncio do sindicato, na realidade, significava a concordância com a manobra governamental em torno do “Dia D”.

É preciso ter claro que a derrubada da reforma do ensino médio e da BNCC dependerá de uma luta nacional, que tenha como objetivo a greve geral. Será necessária a unidade de todos

os trabalhadores com a classe operária contra as demais reformas como a da Previdência e Trabalhista.

A aplicação da BNCC da Educação Infantil na rede municipal de SP

A implementação da BNCC da Educação Infantil e Ensino Fundamental foi iniciada na rede municipal de São Paulo, logo após a homologação da base em nível federal. Dória/PSDB lançou o “Currículo da Cidade”, em 15 de dezembro de 2017 (cinco dias antes da homologação da BNCC). No início desse ano letivo, os “cadernos” chegaram nas EMEFs. Em relação a Educação Infantil, ocorreu ao longo do primeiro semestre um processo demagógico de “construção” do currículo da “Educação Infantil Paulistana”, por meio de um Grupo de Estudo e Práticas Pedagógicas (GEPP), utilizando-se de métodos extremamente burocráticos, apenas

para legitimar um documento, que já estava pronto desde o início das discussões desse grupo.

Após alguns encontros desse grupo, formado por representantes de todas as Diretorias Regionais de Ensino, coordenados por intelectuais da área, foi lançado uma versão

preliminar do currículo da Educação Infantil da cidade e submetida à rede em formato de consulta pública, que deverá ser realizada no período de 30/07 a 17/08. É clara a intenção do governo de utilizar as escolas para legitimar o documento. No entanto, as unidades se encontram desmobilizadas, diante da omissão da burocracia do SINPEEM. Possivelmente, os CEIs e EMEIs serão pressionados pelas diretorias de ensino e acabarão respondendo de forma individualizada o questionário.

A tendência colocada para a Educação Infantil com a BNCC é de avanço da privatização, potencializada pela retomada de uma concepção de pré-alfabetização, que possibilitará a entrada de material didático específico (sistema de apostilamento) e de consultorias pedagógicas para formação continuada de professores. O que facilitará a ampliação da política de convênios, já que estes terão autorização para funcionar com qualquer infraestrutura, como já tem ocorrido na rede. O atendimento às crianças de 0 a 3 anos, hoje, já conta com 80,46% sendo realizado pela rede conveniada e indireta em locais adaptados e apenas 19,53% pela rede direta (prédios construídos para atendimento específico das crianças pequenas). Essa é uma das manifestações da política privatista colocada para essa etapa da educação básica, funcionará como uma adaptação pedagógica à ausência de infraestrutura adequada ao atendimento das crianças pequenas

Portanto, o POR denuncia a BNCC privatista e chama o boicote aos documentos curriculares, que vem sendo formulados pela rede para sua implementação. A BNCC se constitui como projeto privatista, colocando para a Educação Infantil e Ensino Fundamental a precarização do ensino público, a privatização da educação infantil por meio parcerias público privadas e a criação de novos “mercados pedagógicos” (apostilas, software e consultorias pedagógicas), mas, acima de tudo, os cortes de gastos com a educação servirão para valorizar capital financeiro, por meio do pagamento da dívida externa.

Ceará

Lançamento do livro “Do Golpe de Estado à Ditadura Civil”, em Fortaleza

No dia 20 de julho, o POR realizou o lançamento do livro “Do Golpe de Estado à Ditadura Civil”, em Fortaleza, Ceará. O ato político iniciou com uma breve apresentação da obra, sendo que o expositor fez questão de mencionar os dois livros anteriores, “Ascenso e Queda do PT” e “As Esquerdas no Brasil”, explicando que, sem que isso tenha sido planejado, acabaram conformando uma trilogia importante para o entendimento da situação atual do país. Encerrou essa parte mais descritiva indicando que a obra reunia as formulações publicadas no Jornal Massas, de junho de 2016 a abril de 2018, além de resoluções de Congressos, Conferências e Escola de Quadros, de junho de 2013 a janeiro de 2018. Ressaltou, nesse sentido, o trabalho de elaboração coletiva.

O camarada passou, em seguida, a analisar o conteúdo do livro, começando pela questão do Golpe de 2016. Disse que era necessário, dado que se tratava de um esforço de síntese, responder a pelo menos três perguntas sobre o assunto: por que foi um golpe? Por que houve um golpe? E quem deu o golpe?

No primeiro caso, a explicação contida no livro distingue a posição do PT, para quem a caracterização de “golpe” se justificaria porque “não houve crime de responsabilidade fiscal”. O POR rejeita essa interpretação, demonstrando que o próprio impeachment é um instrumento golpista, uma vez que permite a cassação do voto popular e passa por cima do princípio da revogabilidade do mandato somente por quem elegeu.

A segunda pergunta, acerca do motivo do golpe, a explicação é buscada na crise econômica, particularmente no desequilíbrio das contas e no peso da gigantesca dívida pública, colocando para a burguesia a necessidade de remover o PT do comando do Estado, tendo em vista a sua incapacidade de ir fundo na implantação de reformas – o que não significa dizer que não tenha realizado por uma série de governos burgueses e, inclusive, realizado parte do ajuste fiscal imposto pelo imperialismo com o Plano Levy, atacando as massas.

Quanto à última questão, sobre quem estaria por detrás do movimento golpista, a resposta foi de que se costurou uma ampla frente burguesa, sob o comando do imperialismo. O Congresso Nacional assumiu a posição de órgão do Golpe, contando com a mídia, a Justiça, as FFAA, setores das oligarquias, etc. Ainda assim, foi necessário à frente golpista observar a mecânica das classes. Nesse sentido, o apoio da classe média foi fundamental, além da passividade do proletariado.

Este podia ter quebrado a espinha dorsal do golpismo, mas a falta de resposta por parte do governo Dilma quanto às demissões e a corrosão dos salários, além das medidas antipopulares ditadas pelo ministro Levy, facilitaram a campanha de que a presidente, que havia prometido manter os direitos dos oprimidos, tinha praticado estelionato eleitoral.

Logo depois dessa exposição, o camarada passou às considerações sobre a caracterização do governo Temer. Falou da distinção do POR em relação às outras correntes, por tê-lo caracterizado como uma Ditadura Civil. Desde fevereiro de 2017, quando se deu a intervenção das FFAA sobre a greve da PM

no Espírito Santo, o partido passou a demonstrar em seus materiais que o governo nascido de um golpe não poderia de modo algum ser identificado como “democrático”, como fez a burguesia favorável ao impeachment. Ao mesmo tempo, o POR criticou as esquerdas que caracterizavam o governo como “ilegítimo”, expressão limitada que se mantinha nos marcos da institucionalidade.

O POR se distinguiu por demonstrar que a Ditadura Civil de Temer indicava uma virada na política burguesa, manifestando internamente o fim do ciclo de governos nacional-reformistas na América Latina. Temer encarna a centralização autoritária, o reforço das tendências ditatoriais e fascizantes, claramente demonstradas pela intervenção militar no RJ, a prisão de Lula e outros acontecimentos posteriores ao golpe.

Na parte final, o expositor fez uma breve caracterização das reformas do governo golpista como antinacionais e antipopulares. Fez uma rápida menção aos equívocos das esquerdas em todo esse processo e encerrou explicando a posição do POR, o qual se guiou e esse guia pela estratégia da revolução e ditadura proletárias, defendendo um governo operário e camponês,

empunhando sempre os princípios da independência de classe e da democracia operária, defendendo as bandeiras, o método e a tática de luta que fazem parte da política do proletariado. Concluiu demonstrando a importância, na situação atual, da tática da frente única anti-imperialista.

Após a apresentação, os presentes fizeram suas intervenções e perguntas. Destacou-se a colocação sobre o rumo das eleições desse ano, em especial como será a participação do PT com Lula preso. A resposta da militância porista se deu no sentido de demonstrar o caráter de desvio que vem assumindo a questão eleitoral, desvio em relação ao campo próprio de luta



O POR se distinguiu por demonstrar que a Ditadura Civil de Temer indicava uma virada na política burguesa, manifestando internamente o fim do ciclo de governos nacional-reformistas na América Latina. Temer encarna a centralização autoritária, o reforço das tendências ditatoriais e fascizantes, claramente demonstradas pela intervenção militar no RJ, a prisão de Lula e outros acontecimentos posteriores ao golpe.

da classe operária. O PCO, por exemplo, tem afirmado que “defender Lula é lutar contra o golpe”. O POR, ao contrário, vem demonstrando o erro que foi afogar a tendência grevista que teve como auge o dia 28 de abril de 2017. O partido defende que a luta contra o golpe e o governo de Ditadura Civil deve se dar em torno das reivindicações por emprego, salários

e condições de vida, contra as reformas antinacionais e antipopulares. Trata-se de uma política de independência de classe.

Depois dessas considerações, o debate se deu por encerrado, ficando o convite para a vanguarda, que esteve presente, participar, a partir da manhã seguinte, da Escola de Quadros da regional Nordeste do partido.

Fortaleza:

Realizada a Escola de Quadros do Nordeste

Entre os dias 21 e 22 de julho, realizou-se, em Fortaleza, a Escola de Quadros do POR no Nordeste. Militantes e simpatizantes do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo estiveram presentes. A Escola de Quadros do Nordeste é uma atividade de formação política já tradicionalmente realizada em julho, e seu objetivo é formar quadros militantes sobre a base do marxismo revolucionário. Teve por tema do primeiro dia a reforma da educação do governo Temer, dividida em cinco artigos que compõem a Revista da Corrente Proletária Estudantil: 1) *As reformas de Temer aprofundam a crise da educação*; 2) *Combater a desnacionalização e mercantilização da educação básica*; 3) *As reformas do ensino médio no Brasil e seu caráter de classe*; 4) *A farsa das Escolas em Tempo Integral como solução para crise do ensino*; 5) *Movimento Estudantil: burocratização e divisionismo*. No segundo dia, o tema foi o marxismo e a questão das drogas e teve por base o texto *Resolução sobre as drogas*.

No primeiro dia, foram realizadas exposições sobre cada tema e em seguida a discussão em grupos. Pela tarde, os grupos apresentaram suas sínteses e foi feito um debate na plenária. No segundo dia, houve uma exposição seguida de debate direto na plenária. Os textos foram discutidos e receberam sugestões de alteração.

A discussão sobre reforma da educação do governo Temer procurou mostrar que essa última resulta do aprofundamento da crise econômica, das pressões sobre a burguesia para manutenção de suas taxas de lucro, abertura de novos nichos para sua penetração e avanço da exploração da força de trabalho. O estudo evidenciou as seguintes características: 1) É privatista e favorece a desnacionalização; 2) Implica cortes de recursos e manutenção da precarização das condições salariais e de trabalho do magistério; 3) Impõe a ampliação das horas aulas anuais sem maiores implicações para o aprendizado, transformando a escola em depósito de

alunos; 4) Modifica o currículo escolar retrocedendo na já precária formação científica e geral; 5) Adapta as escolas à necessidade de formação aligeirada de sentido profissionalizante; 6) Expulsa da escola os jovens que precisam trabalhar; 7) Regulamenta a excrescência do ensino a distância.

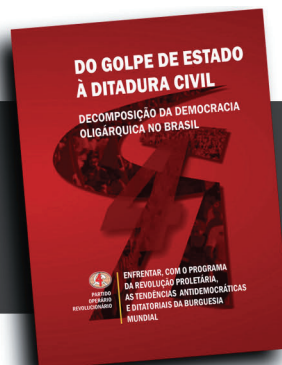
A discussão sobre as drogas se apoiou sobre formulações anteriores e destacou que: 1) Os psicotrópicos acompanham a humanidade desde seus primórdios; 2) Em certas condições, funcionam como droga, substância que degrada o ser humano e expressa a decomposição de camadas inteiras da população, em especial dos explorados; 3) o problema do que é a droga, seus efeitos e seu enfrentamento não deve ser colocado de maneira abstrata ou metafísica, mas sempre concretamente, do ponto de vista da luta de classes; 4) O narcotráfico é uma criação da burguesia e tem por detrás os bancos, agronegócio e o capital financeiro; 5) A legalização ou proibição das drogas pelo Estado burguês é um problema de disputa comercial entre as frações burguesas, são as duas faces de sua política diante o problema do tráfico; 6) a liquidação do flagelo das drogas, expressão da barbárie capitalista, só será possível com a revolução proletária e a edificação de uma nova sociedade, comunista.

A Escola de Quadros promoveu um rico debate e permitiu uma importante compreensão dos temas tratados, ocorreu no geral, sob a disciplina revolucionária e foi encerrada com uma saudação coletiva. Para o marxismo, há muito está resolvido o problema do lugar ocupado pela teoria na luta pela libertação dos explorados. Ela nunca é encarada como um fim em si mesma, mas como um guia para a ação. Ao promover sua formação, o POR luta pelo desenvolvimento de seus quadros e sua elevação à condição de militantes profissionais no sentido leninista, que atuem no seio das massas com o programa da revolução e ditadura proletárias.

DO GOLPE DE ESTADO À DITADURA CIVIL

—

DECOMPOSIÇÃO DA DEMOCRACIA OLIGÁRQUICA NO BRASIL



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS

Realizado o IX Seminário do POR no Litoral Norte de SP

Realizamos, no mês de julho, nos dias 21 e 22, o IX Seminário de Formação Política do Litoral Norte. Neste ano, fizemos o lançamento do livro “Do Golpe de Estado à Ditadura Civil” e discutimos o texto do Trotsky, “Democracia e Fascismo”.

Debate sobre o texto Democracia e Fascismo

No texto, Trotsky critica as concepções falsas do estalinismo do Terceiro Período de que a socialdemocracia e o fascismo são a mesma coisa. Nesse sentido, Trotsky mostra que, a depender do momento histórico e, sobretudo, da crise capitalista, a burguesia pode impor uma ou outra forma de governo, diz que ambos os regimes servem à burguesia no sentido de impor às massas a sua política burguesa de dominação. Porém, deixa claro que há diferenças significativas entre os regimes, notadamente, para a perspectiva do proletariado e sobrevivência das organizações operárias. Esclarece ainda que, em determinados momentos históricos, a burguesia pode se apoiar nos dois, como nos períodos transitórios de dois regimes sociais e exemplifica com o governo de Kerensky, na Rússia, onde o governo a beira de ser deposto pela revolução de Outubro se apoiava nos soviets e no general Kornilov.

Para evidenciar a diferença entre um e outro, Trotsky expõe com precisão a composição social de cada um. A socialdemocracia, segundo ele, é a representante principal do sistema parlamentar burguês e se apoia no proletariado e suas organizações, sem elas a socialdemocracia não pode exercer influência sobre as massas. O fascismo, por sua vez, apoia-se na pequena burguesia e, obrigatoriamente, destrói as organizações operárias (sindicatos, associações operárias, entre outros), o fascismo consolida seu poder destruindo ainda o parlamentarismo. *Para a burguesia monopolista, o regime parlamentar e o regime fascista não representam senão diferentes instrumentos de sua dominação... A hora do regime fascista chega quando os meios militares-policiais “normais” da ditadura burguesa, com a sua capa parlamentar, se tornam insuficientes para manter a sociedade em equilíbrio.* A diferença entre a análise da Internacional Comunista dirigida autoritariamente por Stalin e a análise de Trotsky está na consideração que este último faz a respeito da dinâmica entre as classes sociais, essa análise evita cair numa compreensão mecânica da conjuntura política em momentos de aguda crise.

O texto ainda guarda sua importância histórica quando nos mostra que a burguesia nos seus momentos de democracia se apoia no proletariado domesticado pelos reformistas. Evidencia que durante a democracia burguesa o proletariado servindo-se dela e lutando contra ela, alcança seu terreno, construindo suas organizações, mas deixa claro que *o proletariado pode chegar ao poder, não nos quadros formais da democracia burguesa, mas somente pela via revolucionária. Isto é demonstrado ao mesmo tempo pela teoria e pela experiência. Mas é, precisamente, para a via*

revolucionária, que o proletariado tem necessidade das bases de apoio da democracia operária no interior do Estado Burguês.

Lançamento do Livro Do Golpe à Ditadura Civil

O Livro “Do Golpe de Estado à Ditadura Civil” faz parte da trilogia com os dois anteriores – “Ascenso e Queda do PT” e “As Esquerdas no Brasil”. O livro reúne um conjunto de matérias do Jornal Massas, no qual o partido analisou todo o rito burguês do golpe institucional contra o PT e o governo Dilma. Os artigos expõem, também, os primeiros passos do governo golpista de Michel Temer, bem como a implementação das suas reformas antinacionais e antipopulares. O livro traz também uma série de documentos dos Congressos Nacionais do POR (do XI ao XIV). Reúne ainda as teses de suas Conferências Regionais em São Paulo e Nordeste (de 2013 a 2017) e documentos da Escola de Quadros da Regional Nordeste, de julho de 2013.

No seminário, houve a exposição e o estudo coletivo das Teses sobre a situação nacional, aprovadas no nosso XIV Congresso, em janeiro deste ano. As teses fazem uma análise da profunda crise econômica, que teve seu início nos Estados Unidos e depois se espalhou pelo mundo. A crise faz com que o

Após a reeleição de Dilma Rousseff, formou-se uma frente burguesa para derrubar o governo pelo golpe institucional. A burguesia percebeu que o PT e seu governo não conseguiriam impor o conjunto de ataque as massas, que vieram dias depois do golpe.

imperialismo feche o cerco contra as semicolônias, derrubando com golpes ou pela via das eleições os governos nacionalistas e impondo governos mais autoritários e fascizantes.

As Teses nos mostram que a derrota de Aécio Neves não agradou os ânimos de uma parcela da burguesia nacional e do imperialismo, que precisava descarregar a crise sobre os explorados. Após a reeleição de Dilma Rousseff, formou-se uma frente burguesa para derrubar o governo pelo golpe institucional. A burguesia percebeu que o PT e seu governo não conseguiriam impor o conjunto de ataque as massas, que vieram dias depois do golpe. Apoiado em um setor da classe média reacionária que foi às ruas pedir a derrubada do governo e na imprensa burguesa que focou os escândalos de corrupção da operação “Lava Jato” sobre o PT. O Congresso Nacional, aliado ao STF, foi o órgão principal do golpe.

Os grupos de estudos debateram os pontos das teses que ressaltam que o instrumento do impeachment, que está cunhado na Constituição, é uma saída para a burguesia quando lhe convém cassar a fragilíssima soberania do voto popular. Faz uma comparação com o impeachment de Collor de Melo, guardando suas diferenças, mas sobretudo para mostrar as debilidades da burguesia nacional e a instabilidade da República semicolonial com suas oligarquias regionais, que diante da crise, se engalfinham numa disputa interburguesa pelo po-

der. Os elos do processo histórico que subjazem ao golpe de Estado se estendem da transição do regime militar ao regime democrático. Expressam a debilidade histórica da burguesia nacional, e o enorme peso do imperialismo na estrutura interna do País e a polarização entre exploradores e explorados.

As teses caracterizam o governo de Temer como de ditadura civil, a partir da medida antidemocrática que derrubou o voto popular, associada às medidas antinacionais e antipopulares e as intervenções nos estados.

Discutimos também o papel do PT, que durante o golpe não foi capaz de erguer um movimento nacional para defender o seu governo. De certa maneira, as dificuldades se devem às

medidas antipopulares que o governo Dilma vinha aplicando.

Com os debates, constatou-se que a política de conciliação de classes do PT, imposta aos sindicatos e aos demais movimentos sociais, durante e depois do golpe, se deve à crise de direção revolucionária, portanto, à ausência de um partido operário inserido no seio do proletariado.

Por fim, discutimos que a barbárie imposta pelo capitalismo decadente não pode ser derrotada pela via das eleições. E que é necessário quebrar as ilusões democráticas que ainda tomam conta dos explorados. Não há outro caminho senão trabalhar para erguer o partido marxista-leninista-trotskista no Brasil.

Paraná

Lançamento do livro “Do golpe de Estado à ditadura civil”

No dia 26 de julho, foi realizado um ato de lançamento do livro “Do golpe de Estado à ditadura civil”, na universidade de Londrina, do qual participaram militantes e simpatizantes do movimento estudantil.

Durante a apresentação, ressaltou-se que esse livro constitui um passo no processo de construção programática do POR resultado da intervenção e elaboração coletiva do partido. O programa, bem entendido, não é um conjunto avulso de reivindicações, mas a interpretação e explicação científica da formação social e dos processos sociais e políticos, por isso, o programa só pode se construir na intervenção prática nos processos concretos. Esse livro é a prova desse esforço realizado pelo POR. Não é um tratado acadêmico feito em um gabinete, mas o resultado da militância cotidiana dos quadros partidários transformados em teoria.

O mesmo cobre os acontecimentos posteriores à derrubada do governo Rousseff, período em que o governo golpista e o Congresso Nacional cúmplice efetivaram parte dos objetivos que se propunham com o golpe: aprovação da terceirização, reforma trabalhista, reforma do ensino médio, congelamento dos gastos sociais por 20 anos e outros, que caracterizam, inequivocamente, a orientação abertamente antipopular. Também, após a derrubada da presidente, aprofundou-se a orientação entreguista e pró-imperialista do Estado nacional.

Desde fevereiro de 2017, caracterizamos o governo surgido do golpe como ditadura civil. A intervenção das Forças Armadas em Vitória (ES) e Rio de Janeiro, devido à greve dos policiais, chamou a atenção do POR para a necessidade de uma clara caracterização do governo Temer. Posteriormente, houve a reestruturação de órgãos de inteligência e o retorno dos generais ao comando desses órgãos de segurança e inteligência. Os militares, sob o governo Temer, recuperaram o poder de “polícia política”.

Destacou-se que somente o POR elaborou essa caracteriza-

ção. Mais tarde, tivemos de atualizar a caracterização dos governos Sarney e Itamar Franco, que tampouco foram resultado do sufrágio universal. No caso do governo Sarney, teve inclusive o dedo direto da ditadura militar, que impediu a nomeação de Ulisses Guimarães. Durante o ano de 2018, se confirmou a caracterização de ditadura civil. Nesse ano, houve a intervenção militar no estado do Rio de Janeiro e a militarização da greve dos caminhoneiros, além da continuidade dos processos judiciais contra o PT em flagrante subversão do ordenamento jurídico regular.

Um aspecto importante foi a análise das posições das esquerdas e do PT, que passaram a qualificar o governo Temer de “ilegítimo”. Assim, ficaram presos à legalidade burguesa, à defesa da democracia e das eleições. O POR, ao contrário, defendeu a independência de classe e a estratégia própria de poder, materializada na bandeira de governo operário e camponês. Concluiu, assim, a exposição ressaltando que somente a classe operária por meio de seu programa revolucionário poderia enfrentar o golpe de Estado e derrotar a ditadura civil de Temer.

Durante o debate, foram levantadas diversas questões que motivaram a explicação de aspectos do programa do POR. Questionou-se como ficava a caracterização de ditadura civil em face às próximas eleições. Esta questão permitiu explicitar a importância da caracterização, pois o governo que sairá das eleições será certamente condicionado pela ditadura civil, um governo que dará continuidade às diretrizes do capital financeiro.

Finalmente, levantou-se a questão do caráter embrionário do POR e de como superar essa condição. O que permitiu colocar a publicação e divulgação do livro como parte desse esforço histórico, embora também se reconheça que essa superação também está condicionada por fatores objetivos da realidade social e política do país.

*Desde fevereiro de 2017,
caracterizamos o governo surgido
do golpe como ditadura civil.*

(...)

*As esquerdas e do PT, que
passaram a qualificar o governo
Temer de “ilegítimo”. Assim,
ficaram presos à legalidade
burguesa, à defesa da democracia e
das eleições. O POR, ao contrário,
defendeu a independência de classe
e a estratégia própria de poder,
materializada na bandeira de
governo operário e camponês.*

80 anos da IV Internacional

Novo livro do POR sobre o internacionalismo proletário

A decisão de publicar um livro tendo como referência os 80 anos de fundação da IV Internacional tem por base um imperativo inadiável. Dizemos “inadiável” porque exigiu um grande esforço para reunir os inúmeros manifestos, resoluções, documentos e artigos. O que nos obrigou a revolver os arquivos e publicações (Jornal Massas, folhetos, Revista Revolução Proletária, Revista Socialismo Científico, Boletins e atas do Comitê de Enlace), consultar os Escritos de Trotsky e as Obras Completas de Guillermo Lora. Deparamo-nos com a necessidade de revisar antigas traduções e realizar novas. Nesse percurso, vimos as falhas de nossas publicações, principalmente no que se refere às defeituosas revisões do idioma, embora o conteúdo estivesse plenamente assegurado. Nem sempre pudemos mobilizar plenamente os quadros mais qualificados para a tarefa de pesquisa, tradução e revisão. Ainda estamos longe de alcançar a militância do revolucionário profissional, no sentido leninista. É cumprindo tarefa de tal envergadura que avaliamos até onde vai a conceituação teórica e a prática.

Temos a certeza de que, a cada passo que damos no impulso da propaganda marxista, colocamos à luz do dia a necessidade dos quadros profissionais. Tarefa como a de reunir abundante material sobre a IV Internacional e sobre a luta pela sua reconstrução, sem dúvida, exige a confluência de esforços coletivos – o empenho individual é parte do esforço coletivo –, que, por sua vez, depende do grau de compreensão da importância da causa. Essa publicação corresponde ao sétimo livro, portanto, temos alguma experiência acumulada. As falhas individuais que persistem no trabalho coletivo vão sendo resolvidas à medida que a militância porista compreenda a importância decisiva do trabalho de propaganda para a construção do partido ainda em estado embrionário.

Em particular, o livro dedicado aos “100 anos da Revolução Russa” e este aos “80 anos da IV Internacional” se distinguem por se destacarem como uma arma de resistência ideológica do marxismo perante os ataques diários de seus inimigos e dos desvios traçados pelos seus revisionistas. Vimos como toda a esquerda festejou os “100 anos da Revolução Russa” como se fossem uma causa unânime e um grandioso acontecimento histórico do passado. No caso dos 80 anos da IV Internacional, não tem como ser dessa mesma forma. A IV Internacional separa por um precipício programático e um rio de sangue os trotskistas e estalinistas. De maneira que, em princípio, somente os trotskistas teriam de levantar alto a bandeira da IV Internacional e seus 80 anos. O que não é possível, uma vez que predomina o revisionismo centrista no que podemos denominar de campo trotskista. Hoje, esse “campo” se encontra em estado avançado de dissolução. O que tem a ver com a pouca importância que tem se dado aos 80 anos da IV Internacional, se comparado com as duas décadas an-



Temos a certeza de que, a cada passo que damos no impulso da propaganda marxista, colocamos à luz do dia a necessidade dos quadros profissionais.

teriores.

Nesse livro, republicamos documentos referentes aos 60 e 70 anos da IV Internacional, em que ainda se observava certo interesse de discussão entre as várias tendências do trotskismo. No Brasil, a maior parte dos revisionistas está no PT e no PSOL. Vemos o quanto prejudicial tem sido a fragmentação dessas correntes, que acabam se enfileirando por detrás do reformismo petista ou psolista. Pode-se dizer que há um abandono explícito do trotskismo, ou seja, da IV Internacional. O PSTU conserva sua filiação à LIT-QI, mas não se coloca por um movimento marxista-leninista-trotskista pela reconstrução da IV Internacional. O PCO, que surgiu vinculado

ao PO argentino, já não tem nada a ver com a IV Internacional, inclusive abandonou o seu símbolo em suas publicações. O satélite no Brasil do PTS argentino mudou seu nome de Liga Estratégia Revolucionária - Quarta Internacional para Movimento Revolucionário dos Trabalhadores, objetivando ser acolhido pelo PSOL. É compreensível, portanto, que essa multiplicidade de correntes esteja tão distante da IV Internacional.

O livro dos 80 anos ostenta em sua capa a bandeira “Pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista. Reconstruir a IV Internacional”. Está dividido em quatro seções: 1) Fundação da IV Internacional – documentos; 2) POR boliviano e a IV Internacional; 3) Comitê de Enlace e a Reconstrução da IV Internacional; 4) POR do Brasil – pelo Partido Mundial da Revolução Socialista.

Acreditamos ter selecionado os principais escritos sobre o processo de criação da IV Internacional. É possível ter a dimensão exata da luta de Trotsky e de seus camaradas da Oposição Internacional de Esquerda contra a destruição da III Internacional e a decisão de criar a nova Internacional. Destacamos, em seguida, as posições do POR boliviano pelo fato de não apenas conservar as trincheiras do internacionalismo proletário, como ampliá-las, elaborando um programa no seio do proletariado. O que o obrigou a enfrentar o revisionismo. Decidimos, assim, publicar tanto o Programa de Transição quanto as Teses de Pulacayo, que é uma aplicação nas particularidades desse país. O lugar do Comitê de Enlace se destaca pelo esforço de suas seções de organizar os partidos revolucionários como parte do trabalho de reconstrução da IV Internacional. O leitor terá acesso a todas as suas teses e resoluções, bem como a uma história do próprio Comitê de Enlace. Concluímos o livro com alguns documentos que fazem parte do curso de construção do POR no Brasil. Documentos esses que evidenciam o seu vínculo originário com a tarefa de pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Com esse livro, esperamos contribuir para convencer a fração da vanguarda, que ainda guarda a defesa do internacionalismo proletário, marxista-leninista-trotskista, de que é imprescindível construir o partido sob a bandeira da IV Internacional.

Campanha dos 80 anos da IV Internacional

Da III a IV Internacional

É bem conhecido que a fundação da III Internacional foi produto da 1ª Guerra Mundial, da falência da II Internacional e, sobretudo, da revolução proletária na Rússia. O que não é bem conhecido é a sua liquidação. Antes mesmo de Josef Stalin ordenar o fechamento da III Internacional, Trotsky e seus camaradas de vários países fundaram a IV Internacional. Há uma íntima relação entre o ultimato que dissolveu a III Internacional em junho de 1943, e a imprescindível decisão de constituir a IV Internacional, em setembro de 1938. É surpreendente a relação entre a 1ª Guerra Mundial, a capitulação da II Internacional perante a burguesia alemã, bem como o nascimento da III Internacional, com a adaptação do estalinismo ao imperialismo, liquidação da III Internacional e nascimento da IV Internacional, sob a crise que levaria à 2ª Guerra mundial.

Em fins de 1916 e início de 1917, achava-se plenamente confirmado o alinhamento da II Internacional com a política de guerra do imperialismo. Lênin levantou a bandeira da III Internacional: “Estamos obrigados, precisamente nós, e agora mesmo, sem perda de tempo, a fundar uma nova Internacional, uma internacional

“A Terceira Internacional, cujo objetivo era organizar as forças do proletariado para um levante revolucionário contra a burguesia de todos os países e pela vitória do socialismo, também fracassou. Foi vitimada pelo centrismo burocrático, baseado na teoria e prática do “socialismo em um só país”; em outras palavras, naufragou nesse conjunto de erros, que entrou para a história com o nome de estalinismo”.

revolucionária, proletária. Em outras palavras, devemos reconhecer, sem temor, abertamente, que essa Internacional já foi fundada e atua”.

Trotsky, em 1933, reconheceu que a III Internacional havia se desviado do internacionalismo marxista e, por isso, era preciso criar a IV Internacional. “A Terceira Internacional, cujo objetivo era organizar as forças do proletariado para um levante revolucionário contra a burguesia de todos os países e pela vitória do socialismo, também fracassou. Foi vitimada pelo centrismo burocrático, baseado na teoria e prática do “socialismo em um só país”; em outras palavras, naufragou nesse conjunto de erros, que entrou para a história com o nome de estalinismo. No momento em que o capitalismo, destroçado pelas contradições mundiais, pôs na ordem do dia a revolução internacional, a Comintern se tornou um submisso e impotente eco da conservadora e nacionalmente limitada burocracia soviética”. Nesse momento, a ascensão de Hitler na Alemanha assinalava o fortalecimento do nazifascismo e aplainava o caminho da 2ª Guerra Mundial. Cinco anos depois, em 3 de setembro de 1938, em Paris, colocou-se de pé a IV Internacional.

A Oposição de Esquerda Internacional vinha combatendo as ações e os preparativos de guerra pela Alemanha. Em 22 de setembro de 1938, Trotsky indicou a tendência de Stalin de se aproximar de Hitler, denunciou essa movimentação no artigo “Depois do colapso da Checoslováquia, Stalin buscará um acordo com Hitler”. Afirma ter a certeza de que a diplomacia soviética pro-

curaria uma aproximação com Hitler, indicando a capitulação.

Em março de 1939, Trotsky voltou a analisar a questão de um acordo com uma nação imperialista e o fato do Estado operário se encontrar em estágio avançado de burocratização. No artigo “O que há por detrás da oferta de Stalin de chegar a um acordo com Hitler?”, conclui: “Podemos afirmar algo com certeza: o acordo entre Stalin e Hitler não alteraria essencialmente em nada o papel contrarrevolucionário da oligarquia do Kremlin. Somente serviria para evidenciar esse papel, torná-lo mais nítido e acelerar o colapso das ilusões e falsificações. Nossa tarefa política não consiste em ‘salvar’ Stalin dos braços de Hitler, mas em derrubar ambos”.

A previsão sobre a realização de um acordo entre Stalin e Hitler, anunciada desde 1933, por Trotsky, se confirmou com a assinatura do “Pacto de Não Agressão”, em 22 de agosto de 1939. Trotsky explica que esse acordo, que se assentava em uma cooperação econômica, beneficiava a política de agressão da Alemanha. De fato, estava prevista a invasão alemã da Polônia. E o prognóstico foi certo: “É bem provável que seja aproximadamente correto, o breve espaço de dois anos, que prevê o plano

entre a ocupação da Polônia e a ofensiva contra a União Soviética” (“Stalin, o comissário de Hitler”, 2 de setembro de 1939).

O fundamento econômico, político e militar do pacto servia aos planos de guerra do Estado alemão. Assim explicou Trotsky: “Hitler necessitava da neutralidade amistosa da URSS, além das matérias-primas soviéticas, para a Alemanha invadir e promover a guerra com a Inglaterra e França. Os

pactos políticos e comerciais garantiam ambas as coisas” (...) “O pacto germano-soviético é uma capitulação de Stalin diante do imperialismo fascista, objetivando resguardar a oligarquia soviética”. Inevitavelmente, esse acordo provocaria uma crise nas fileiras da III Internacional. Trotsky concluiu: “Não há força no mundo que possa deter essa decomposição. O proletariado mundial passará por cima da traição do Kremlin e também do cadáver da Comintern” (Aliança Germano-Soviética, 4 de setembro de 1939).

A invasão da Polônia deu início à 2ª Guerra Mundial. A responsabilidade da política estalinista resultaria na liquidação da III Internacional. Hitler anunciava, assim, que a URSS não tinha como ficar à margem do avanço das forças nazifascistas. Stalin se viu obrigado a fazer uma mudança, procurando um alinhamento com as chamadas “democracias”.

No artigo “O papel do Kremlin na catástrofe europeia”, Trotsky assinalou a possibilidade da virada estalinista. “Os agentes do Kremlin começam, outra vez, a falar da aliança das democracias contra os agressores fascistas. É possível que, como o falsificador falsificado, Stalin se vê forçado a fazer uma nova virada em sua política exterior”. O seu percurso foi o de inicialmente, durante cinco anos, levar a III Internacional a propagandar a “aliança das democracias” e “frentes populares”, em nome do combate ao fascismo. Depois, Stalin recolhe essa diretriz e faz o Pacto germano-soviético e, mediante o avanço do militarismo alemão,

80 Anos da IV Internacional

iniciou a virada final em favor de uma aliança com o imperialismo europeu e norte-americano.

Em 20 de agosto de 1940, um agente da GPU assassinou Trotsky. Calava-se o pensamento, a voz e a ação mais clara do marxismo colocados a serviço da defesa do internacionalismo proletário. Quatro meses depois, Hitler iniciou os preparativos da invasão da União Soviética, que se concretizou em 22 de junho de 1941.

A IV Internacional, como se vê, se levantou como programa e em combate à degeneração do Estado operário soviético e da III Internacional, nas condições de surgimento do nazifascismo e da eclosão da 2ª Guerra Mundial. Sob a condução de Stalin, foram realizados os três últimos congressos da III Internacional, antes de sua dissolução.

O V Congresso, junho de 1924, fez uma revisão do estatuto, estabelecendo o centralismo burocrático, em nome da “bolchevização” dos partidos comunistas. Dedicou-se, também, a deformar e rechaçar a teoria da revolução permanente e, assim, revisar o internacionalismo proletário com a fraudulenta teoria do “socialismo em um só país”.

Quatro anos depois, em 1928, foi realizado o VI Congresso. Retomou-se a defesa do “socialismo em um só país”, atacando Trotsky, Zinoviev e Kamenev como divisionistas. Na reunião do Comitê Executivo Ampliado, novembro de 1926, decidiu-se pela expulsão de Trotsky e Zinoviev. Tal decisão tinha de ser celebrada pelo VI Congresso, sob o tacão da direção burocrática. Estiveram em discussão as críticas de Trotsky às diretrizes de Stalin para a revolução chinesa. Ocultou-se a orientação do Kremlin de submeter o Partido Comunista da China ao Kuomintang contrarrevolucionário e as suas sangrentas consequências.

O VII Congresso foi convocado apenas em 1935, portanto, sete anos depois do VI Congresso. Esse lapso de tempo é mais uma das demonstrações do quanto a III Internacional havia se transformado em apêndice da ditadura burocrática de Stalin, não restava nem sombra da democracia operária e do centralismo democrático concebido por Lênin. Discutiu-se o informe do aventureiro Dimitrov sobre os perigos do fascismo e o estabelecimento de uma nova tática, que era a de construir frentes populares, que abarcavam partidos e setores da burguesia considerados democráticos. A eleição de partidos burgueses, tidos como democratas, com apoio dos “comunistas”, foi avaliada como um avanço das forças progressistas e de retrocesso da reação, quando, na realidade, se submetia o proletariado à política de uma das frações do imperialismo. A aplicação da frente popular na Espanha concluiu como uma traição à revolução. Em seu informe ao VII Congresso, Dimitrov indicou o abandono da estratégia da ditadura do proletariado, sob a máscara da crítica à propaganda estéril. A tática da frente po-

pular e a marginalização da estratégia da tomada do poder pelo proletariado deram o norte à liquidação programática da III Internacional.

Como vimos, Stalin acabou por enterrar a política de frente popular antifascista, assinando o Pacto germano-soviético, em 1939. Depois, realizada a virada para a aliança com o imperialismo “democrático”, a III Internacional devia ser dissolvida. Tratava-se de um aceno de Stalin ao imperialismo “democrático” de que a URSS não mais se constituía em um fator da revolução mundial. Procurava ganhar a confiança dos Estados Unidos e da burguesia europeia aliada no processo de nova partilha do mundo, que resultaria da guerra. A primeira investida se deu em maio de 1943. A direção da Internacional Comunista avaliou que essa organização havia caducado. Eis a conclusão: “Os comunistas, guiados pela doutrina dos fundadores do marxismo-leninismo, nunca foram partidários de conservar formas caducas de organização (...)”. Somente burocratas e revisionistas do internacionalismo

poderiam taxar a III Internacional como uma organização que já não tinha sentido para a luta revolucionária.

A menos de um mês depois, Dimitrov divulgou a seguinte resolução: “1) Declarar que a proposição de dissolver a Internacional Comunista foi unanimemente aprovada pelas seções da I.C., que tiveram a possibilidade de comunicar suas decisões (entre as quais se encontram as seções mais importantes); 2) Considerar que a partir do dia 10 de junho de 1943 ficam dissolvidos o Comitê Executivo da I.C., o Presidium e o Secretariado do C.E.,

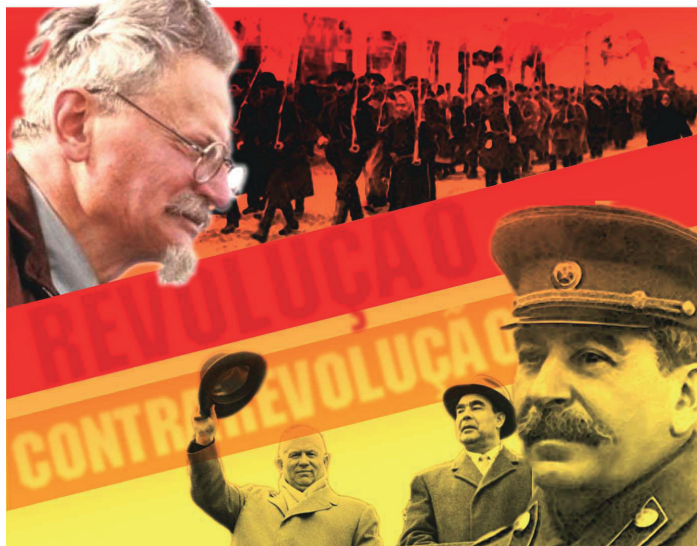
e a Comissão Internacional de Controle; 3) Encarregar uma Comissão composta por Dimitrov (presidente), Ercoli, Manuïlski e Pieck, que coloque em prática a finalização dos assuntos pendentes, dos organismos, dos serviços e dos bens da I.C. Assinado: G. Dimitrov”

A gloriosa III Internacional dos Primeiros Quatro Congressos foi simplesmente fechada por um ato burocrático, sem que sequer se tomasse o cuidado de convocar um congresso, que seria a forma de disfarçar o centralismo burocrático liquidacionista.

Somente os estalinistas obscurantistas e os reformistas socialdemocratas, bem como todas as variantes da política burguesa, não podem reconhecer esse brutal crime contra a organização mundial do proletariado. A IV Internacional deu continuidade à III Internacional erguida sobre a base do leninismo. O proletariado mundial está obrigado a se colocar sob a bandeira do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Eis nosso grito de guerra ao capitalismo moribundo:

“A IV Internacional surgiu já de grandes acontecimentos: as maiores derrotas do proletariado na História. A causa dessas derrotas é a degenerescência e a traição da velha direção. A luta de classes não tolera interrupções. A Terceira Internacional, após a Segunda, morreu para a revolução. Viva a IV Internacional!”



Nesta edição:

- **Argentina:** 30 anos de história do POR Argentino!
- **Argentina:** A continuidade do governo Macri aprofundará os desastres causados na economia.
- **Nicarágua:** Balanço, lições e tarefas que resultam da permanência da crise social e política.
- **Cuba:** aprovado projeto da nova Constituição - Avança a restauração capitalista.

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Viva os 30 anos de luta pela construção do Partido Operário Revolucionário na Argentina!

Camaradas, saudamos os 30 anos de nossa seção argentina. Hoje, temos uma organização baseada em um programa. Por nossa experiência, sabemos que logo mais nossa organização irmã dará novos passos para melhorá-lo e aperfeiçoá-lo. É positiva a decisão de publicar uma série de artigos sobre a história da seção argentina do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Esses anos de luta, nesse país tão importante para a revolução proletária na América Latina, fortalecem nosso trabalho para pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista. Lembremos que, em setembro, a IV Internacional cumprirá 80 anos, mantendo toda a sua vigência.

Viva os 30 anos de história do POR Argentino!

Nosso partido, o POR, completou 30 anos de construção. Apresentaremos uma série de artigos sobre sua história. Qual foi o nosso ponto de partida, a luta por nos conformarmos como uma organização proletária, revolucionária, tomando em nossas mãos esta tarefa histórica não resolvida. Reivindicávamos grande parte da experiência percorrida pelo partido *Política Obrera*, até sua dissolução e ruptura com a Tendência Quarta Internacionalista (TQI), que integrava junto com o POR boliviano.

Também faremos uma resenha crítica de algumas formulações imprecisas daqueles tempos iniciais.

Em 11 e 12 de junho de 1988, se realizou a Conferência Nacional do Comitê Paritário, que aprovou um “Manifesto à População”, cujos aspectos mais importantes reproduzimos abaixo:

“Um conjunto de militantes e ativistas que lutam em diversas frentes de massas, em vários pontos do país, decidiu iniciar a construção, sobre a base de um programa revolucionário, de um partido que começará a existir: o Partido Operário Revolucionário.

Esse fato ocorre no quadro da crise mortal do capitalismo (o imperialismo), e sua consequência é que um punhado de agiotas internacionais, para preservar sua propriedade e lucros, pretende que milhões de trabalhadores dos países sub-

metidos aos seus ditames, paguem com mais fome, miséria e mais atraso nacional.

O POR nasce contra as mentiras dos capitalistas, politiquinhos e serviçais do grande capital.

Os assalariados são bombardeados por mentiras desde as lorotas eleitorais de Menem, Cafiero, Alsogaray ou Angeloz, que novamente prometem o fundo e o mundo para ganhar votos, até as estatísticas oficiais que falsificam descaradamente para justificar as vantagens de ‘viver na democracia’.

Mas, a única verdade é a realidade. Aquela que se oculta ou se fabrica pela imprensa é criada pelos entreguistas do país. Essa verdade é o desemprego, a miséria salarial, a carestia, a falta de educação, de saúde e moradia para o povo, enquanto que a ‘democracia’ é cada dia mais autoritarismo.

Essa verdade que era silenciada com prisões e desaparecimentos, pela ditadura, hoje querem ocultar com o discurso ‘da esperança’.

Não há esperança que valha se as terras, as fábricas e os bancos continuam nas mãos dos parasitas burgueses nacionais e estrangeiros, que provocaram essa descomunal crise e ainda pretendem que paguemos com a fome!



Nós afirmamos: não há que ter nenhuma esperança enquanto se mantém o regime de exploração capitalista, pelo contrário, sua existência só pode estar baseada no incremento da fome, do desemprego e do atraso nacional. **Só devemos ter confiança em nossas próprias forças, na luta e na mobilização independente dos explorados**, em franca oposição aos exploradores, sejam esses peronistas, radicais ou ucedistas.

À 'democracia da esperança capitalista', contrapomos a ditadura da verdade, a única que pode retirar o país e os trabalhadores da crise atual. Isto é, a ditadura do proletariado, a de um governo operário e popular, a da revolução socialista que enterre o cadáver malcheiroso do capitalismo no país e no mundo.

Contra o circo eleitoral somos o partido da ação direta.

Você pode se perguntar: outro partido de esquerda? E é uma boa pergunta, considerando a evidente crise que vive a esquerda. Nós mesmos somos um produto dessa crise, não apenas nacional, mas também internacional. Mas, qual é a causa dessa crise?

O Comitê Construtor do POR nasce em oposição à tendência que, em maior ou menor grau, é comum às denominadas 'esquerdas', cuja grande preocupação gira em torno de como fazer uma frente eleitoral, chame-se como quiser.

Nós afirmamos que não é a discussão irreal de programas difusos, nem a disputa mesquinha de candidatos para colocar no parlamento fantoche que irá mudar as coisas nos lares operários consumidos pela miséria.

Somos partidários de uma frente, mas de uma frente para lutar e mobilizar, hoje pelo pão que nos falta, pelas moradias que não temos, pelas liberdades que nos retiram, pela saúde e educação que esse governo servil destrói para cumprir os ditames do FMI. Não há que esperar 1989, enquanto a carestia devora dia-a-dia nossos salários e a recessão tira nossos empregos.

A chamada esquerda entra em crise, precisamente, porque se opõe à ação direta, que comparece como uma tendência no seio dos explorados. A crise é resultado do seu eleitoralismo e de seu apoio a um regime em retrocesso e em oposição direta aos interesses da nação e dos explorados para cumprir as ordens do imperialismo.

O POR repudia o eleitoralismo pró-burguês e defende o direito das massas exploradas utilizarem a força, a ação direta e seus próprios métodos de luta, o que se opõe ao reformismo burguês e ao cretinismo parlamentar dos 'esquerdistas' que se ajoelham perante a burguesia ao fazer das eleições o princípio e o fim de sua ação política.

O POR chama os militantes e organizações que se reivindicam da esquerda, anti-imperialistas, socialistas e comunistas para constituir uma Frente Única para mobilizar e lutar hoje pelo pão. A constituir uma frente única para recuperar as organizações sindicais, que hoje estão nas mãos de burocratas vendidos a quem lhes pague mais, para impulsionar com essa finalidade a

realização de um congresso de base da CGT, com delegados eleitos pelas assembleias, para impor um plano de luta nacional, que unifique as reivindicações de todos os setores explorados.

Proletários do mundo uni-vos!

O partido que começamos a construir incorpora a consigna lançada pela Primeira Internacional Comunista do século passado. Vivemos num mundo submetido à ditadura do grande capital imperialista e, portanto, é um dever do partido revolucionário resgatar as bandeiras do internacionalismo proletário. O capitalismo em decomposição ameaça afundar na barbárie toda a humanidade, se não se realiza a revolução socialista mundial. Tal como assinala no Programa de Transição da IV Internacional, fundada em 1938, por Leon Trotsky: 'A crise da humanidade se reduz à crise da direção política do proletariado mundial'. Assumindo a luta para resolver essa crise, que começamos a construir o Partido Operário Revolucionário. O primeiro passo dado, nesse sentido, foi a própria Conferência Nacional, na qual estiveram presentes delegações da Bolívia e do Uruguai.

Companheiros: essa é a nossa perspectiva, essas são as nossas ideias e nossas consignas. Diferentemente de muitos 'esquerdistas', que só procuram os explorados para pedir votos, como fazem os partidos patronais, nós nos dirigimos aos explorados para que abracem o programa da revolução, e oferecemos somente um posto na luta para colocar em pé a ferramenta que liquidará a opressão imperialista, a fome, a miséria e o atraso do país: o **Partido Operário Revolucionário**".

(Extraído do Jornal Massas, nº 342, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)



R\$5



A mulher na luta revolucionária pelo socialismo
Vladimir Ilich Lênin

Adquira com o distribuidor de Massas:





Partido Operário Revolucionário



MASSAS

Argentina

A continuidade do governo Macri aprofundará os desastres causados na economia

O governo antinacional de Macri expõe gravemente o país diante da guerra comercial, cada vez mais intensa entre as principais potências. Suas consequências já são percebidas, com o aumento das taxas de juros, a fuga de capitais, as desvalorizações das moedas e o fechamento dos mercados.

Na contramão das tendências mundiais, Macri incrementa o endividamento em dólares com os seus altos juros, dólares esses que o país não emite. Muito pelo contrário, a balança comercial é fortemente negativa, e bilhões são remetidos para o exterior. As reservas do Banco Central caíram fortemente nos últimos dois meses.

O governo atravessa uma forte crise. Fracassou completamente em suas políticas, levando a economia outra vez a uma inflação acima de 30%, destruindo o poder aquisitivo da grande maioria, impondo tarifas insuportáveis e permanentes, provocando uma maior recessão, com taxas de juros e ajustes, que significaram a demissão de milhares de trabalhadores e forte retrocesso nas condições de vida da população.

Macri reconheceu que cometeu erros, porém, não diz quais foram e, ao mesmo tempo, confirma que manterá o curso. Seu plano fracassou e não tem alternativa.

O nefasto acordo com o FMI afundará mais ainda a economia. Acordo negociado em segredo, delegando ao imperialismo o poder de decisão sobre questões estratégicas. Ninguém votou nele, porém, ele é quem tem o poder de decisão. Apresentaram tal acordo como uma salvação nacional, mas na realidade significa uma maior submissão e entrega.

Os cortes orçamentários atingem bilhões de pesos, que serão descarregados sobre a população. Reduzem o orçamento, demitem os empregados das estatais, param as obras públicas, ao mesmo tempo que deixa livre a variação do dólar, que, como sabemos, arrasta todos os preços da economia.

Os bilhões que já ingressaram com o empréstimo do FMI foram para o capital financeiro, serviram para a fuga massiva de dólares, diante da desconfiança no governo por parte de seus melhores amigos.

O governo teve de reconhecer que a inflação será mais que o dobro do previsto em dezembro passado, quando corrigiu a meta orçamentária de 2018, de 10% ao ano. Decidiu reabrir as paritárias para permitir um ajuste de 25%, mantendo sua pretensão de reduzir os salários reais em mais de 5% neste ano. Para os

trabalhadores estatais, o reajuste será menor ainda.

Já conhecemos na própria pele as consequências dos acordos anteriores do FMI. Como os que estão sofrendo o Haiti e Jordânia. E há não muito tempo, a Grécia e Tunísia.

No mês passado, na Jordânia, caiu o Primeiro Ministro, devido aos protestos populares e a greve geral contra as consequências das medidas do FMI. O rei se viu obrigado a reformular as reformas fiscais para conter as greves e mobilizações.

Nos últimos dias, ocorreram mobilizações radicalizadas, greve geral e duros enfrentamentos com o governo do Haiti, que teve de retroceder com o gasolinaço, ordenado pelo FMI.

A Grécia levou 8 duríssimos ajustes e “resgates”, que provocaram um retrocesso terrível nas condições de vida da população e acelerou a entrega de grande parte do patrimônio nacional.

Na Tunísia, se multiplicaram as mobilizações desde o início do ano contra as políticas de aumento de impostos e preços, como consequência das orientações do FMI.

No nosso país, milhares se mobilizaram diversas vezes, passando por cima das direções políticas e sindicais. A greve geral de 25 de junho foi extraordinária por sua contundência, imposta à CGT pelas bases. Essa rebelião contra o governo e o FMI expressa a necessidade de acabar com esse estado de coisas. Não há que esperar nenhuma eleição. Dar mais tempo a esse governo esgotado agravará ainda mais a situação geral, com mais fome, desemprego, precarização e miséria.

Somente a classe operária, com seus próprios métodos de luta e com a sua própria política, poderá dirigir essa rebelião para acabar de uma vez com esse regime autoritário, que somente beneficia os exportadores, os bancos e a oligarquia latifundiária.

Fora o FMI!

Desconhecimento da dívida externa e dos acordos firmados!

Temos de parar a mão dele agora!

Greve Geral ativa de 36 horas e um plano de luta até acabar de uma vez com essa política de entrega, saque e corrupção!

(Extraído do Jornal Masas, nº 342, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35

100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

RECONSTRUIR O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA, A IV INTERNACIONAL

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

Nicarágua:**Lições da crise**

Há mais de 100 dias eclodiram as manifestações populares (18 de abril), contra a reforma do Instituto Nicaraguense de Segurança Social (INSS), aprovada pelo governo sandinista e adequada às orientações de ajuste fiscal do FMI. Os mais de 300 mortos (306 entre civis - 22 menores -, policiais, militares e paramilitares), 600 presos e 261 desaparecidos ou sequestrados, são um claro sinal do avanço à desagregação social e política do país e do governo nacional-reformista, de origem histórica guerrilheira (Ortega deixou o poder conquistado pela revolução em 1990 e voltou por meio das eleições em 2007). A imagem mais nítida desse percurso é a decisão do governo de barrar a revolta popular pela via repressiva. É o que se observou mais uma vez na passada semana, quando Daniel Ortega mobilizou forças paramilitares e a polícia nacional, para retomar o controle da cidade de Masaya (os bairros de maioria indígena e camponesa foram o motor social da tomada da cidade) e da Universidade Nacional Autônoma da Nicarágua (UNAN), em Manágua, a capital.

Quando reeleito nas últimas eleições, Ortega se aproximou da Igreja e organizou uma “agenda pró-mercado”. Uma estratégia que serviu para reatar as alianças com a burguesia nacional, enquanto se aproveitava da maciça ajuda econômica da Venezuela para manter o assistencialismo e mínimos ganhos salariais e, assim, controlar as massas e manter sob o controle grande parte dos sindicatos estatizados. Com o agravamento da crise nesse país e o brusco corte da ajuda financeira venezuelana, o sandinismo foi obrigado a se aproximar ainda mais do imperialismo e começar a realizar ajustes e ataques contra a vida das massas, visando a reduzir o déficit fiscal.

É nessas condições que o governo sandinista recorreu às receitas imperialistas. Entretanto, o nacional-reformismo pretendeu arbitrar os conflitos – que surgiriam inevitavelmente com os explorados – e propôs distribuir o ajuste entre todas as classes do país. A reforma não aplicava todas as exigências colocadas pelo imperialismo. Mas, constituía um duro ataque às massas, que sofrem com a carestia, o aumento dos preços, a depreciação dos salários e o crescente desemprego e subemprego. Ao mesmo tempo em que constituía uma redução dos lucros patronais, pela via do aumento dos encargos previdenciários sobre a burguesia e latifundiários. Eis porque a luta pela sua anulação reuniu conjunturalmente e em um mesmo movimento as classes antagônicas.

A irrupção massiva e nacional dos explorados contra os ajustes do governo apodrecido e a tendência dos explorados a intervir em defesa de suas condições de vida com os métodos próprios de luta indicou que se criavam as condições de uma situação pré-revolucionária. Mas, a ausência física do proletariado organizado e intervindo na crise com seu programa e métodos de luta próprios impediu que as massas mobilizadas, especialmente os povos indígenas e os camponeses que lidera-

ram a tomada de cidades do interior, pudessem avançar, projetando a frente única em defesa das condições de vida, e criar os cimentos da aliança operária e camponesa.

Isso explica por que a atual fase da crise está marcada pelo retrocesso dos levantes originados no seio das massas oprimidas e pelo avanço aos métodos e estratégia burguesas para a resolução da crise. Ainda que os exploradores também se tenham insurgido contra a reforma do governo – até a véspera seu aliado –, pretendiam obrigá-lo a descarregar o ajuste apenas sobre as massas. Não poucas tentativas se fizeram nesse sentido. As “Mesas de diálogo” deviam servir a esse objetivo. O governo já tinha retrocedido, anulando a reforma. De forma que tudo indicava que a grave situação política se iria equacionando e se poderia achar uma saída negociada.

Os setores majoritários da burguesia nacional e da pequena burguesia urbana e rural, especialmente as camadas estudantis mais radicalizadas, pretenderam resolver o impasse adiantando as eleições. As direções burocratizadas dos sindicatos operários e camponeses tinham se adaptando a essa estratégia democratizante, imposta pela frente patronal-religiosa. Mas,

A ausência física do proletariado organizado e intervindo na crise com seu programa e métodos de luta próprios impediu que as massas mobilizadas, especialmente os povos indígenas e os camponeses que lideraram a tomada de cidades do interior, pudessem avançar, projetando a frente única em defesa das condições de vida, e criar os cimentos da aliança operária e camponesa.

a rotunda negativa do nacional-reformismo a qualquer saída antecipada do governo afundou a frágil trégua e as “mesas do diálogo” se mostraram falidas. A oposição patronal passou a reforçar a via da desestabilização interna em acordo com o imperialismo, que retomou sua ofensiva externa.

Observa-se que a “convivência pacífica”, que resultou dos acordos de governabilidade após da retomada do poder pelos sandinistas, expressa no “governo de coalizão” para a reconstrução do estado burguês e manutenção de grande parte da propriedade privada, já não tinha condições de se sustentar. A crise mundial e a ofensiva de burguesia imperialista e semicolonial, visando a tirar os governos nacional-reformistas do continente do poder do Estado que se demonstravam impotentes para aplicar os ajustes exigidos, indicava que se abria um novo ciclo político. O avanço da reação burguesa na Nicarágua é expressão desse processo mais geral.

O nacional-reformismo pretende sobreviver parasitando os recursos estatais que lhe permitem manter seus privilégios e manejar o assistencialismo, que garante sua ascendência social. Por outro lado, não pode se apoiar nas massas para enfrentar a ofensiva da burguesia interna e externa, uma vez que exigiria atacar a base material de seu poder – a grande propriedade privada dos meios de produção – e conceder amplas reformas às massas. Esse é o retrato mais vívido da impotência do na-

cional-reformismo de origem guerrilheira.

É nessas convulsivas condições econômicas, sociais e políticas que o nacional-reformismo de origem guerrilheira e popular não mais consegue arbitrar os conflitos. O avanço da desagregação do capitalismo exige da burguesia mundial desenvolver uma mais violenta e brutal ofensiva sobre as nações oprimidas e contra os explorados. Nesse sentido, exige-se dos governos aplicarem a sangue e fogo medidas que protejam os lucros monopolistas. Se não conseguirem, devem então ceder seu lugar às frações burguesas nacionais mais reacionárias e pró-imperialistas. Por sua vez, a crise exige dos explorados superarem as ilusões no apodrecido nacional-reformismo e avançar na defesa de suas condições de vida pela via dos métodos e do programa da luta de classes.

O fundamental da atual situação reside em que não há como defender as limitadas conquistas resultantes da revolução sandinista, acabar com a ingerência do imperialismo nos assuntos internos da nação oprimida, e desenvolver as forças produtivas nacionais, sem desenvolver a luta pela expropriação dos grandes meios de produção, e a expulsão do imperia-

lismo. O sandinismo, por ser defensor da grande propriedade privada, não podia cumprir essa tarefa, e teria de inevitavelmente passar ao campo da contrarrevolução. Essa lição deve ser assimilada pelo proletariado nicaraguense e latino-americano. Somente as massas podem combater a ingerência imperialista com a ação direta e a Frente Única Anti-imperialista, sob a direção do proletariado.

O primeiro passo será dado erguendo a bandeira da defesa do direito dos próprios nicaraguenses resolverem seus assuntos internos. A classe operária e os demais oprimidos do continente devem opor-se terminantemente a qualquer tipo de intervenção do imperialismo e de seus serviços latino-americanos na Nicarágua. Cabe apenas a seu povo julgar o caráter das eleições, a natureza de seu governo e resolver seus assuntos internos com seus próprios meios. Deve-se rejeitar e combater o intervencionismo imperialista disfarçado do falso humanitarismo e democratismo. O que exige que se forje uma vanguarda que encarne esse programa e lute por organizar o partido marxista-leninista-trotskista, objetivando conquistar o poder político.

Um novo passo foi dado pela burocracia castrista no caminho da restauração capitalista com a aprovação, em julho, do projeto de uma nova Constituição. Trata-se de 224 artigos, divididos em 11 partes, 24 capítulos e 16 seções. O que exige avaliar o conteúdo das mudanças fundamentais, visando a expor e esclarecer cada mudança e seus reflexos na economia, na política e na vida social do país. Começamos na presente edição com uma avaliação geral do texto. Publicamos, neste número do jornal Massas, a primeira parte de uma sucessão de artigos.

Cuba: aprovado projeto da nova Constituição

Avança a restauração capitalista

Em 23 de julho, foi aprovado o novo projeto da nova Constituição de Cuba. Por mais de três meses, a cúpula dirigente do Partido Comunista de Cuba (PCC) e as instituições políticas do Estado elaboraram um projeto de Lei, que, após ser aprovado pelo Comitê Central do PCC e por uma comissão de deputados da Assembleia Nacional do Poder Popular (APP), foi finalmente aprovado pelo pleno da Câmara.

Entre 13 de agosto e 15 de novembro se realizará uma consulta popular em mais de 135 mil assembleias locais, cujas propostas de mudanças ou supressões serão avaliadas pela APP, que elaborará o texto para submetê-lo a um referendun nacional.

Segundo a burocracia, a atual Constituição já não refletia “As experiências adquiridas nesses anos de Revolução”, nem continha “os novos caminhos traçados” pelo Partido. As declarações de Raúl Castro à Conferência Nacional do Partido, em 28 de janeiro de 2012, já indicavam a linha da ofensiva de desmantelamento das conquistas revolucionárias que se fixariam na nova Constituição. Segundo sua avaliação, já tinha passada a hora de “deixar para trás o lastre da velha mentalidade e forjar com intuito transformador e muita sensibilidade política a visão do presente e o futuro da Pátria”. Embora esse passo restauracionista se acobertasse da demagogia da defesa da “doutrina do marxismo-leninismo”, estavam aí os alicerces da reforma constitucional.

Ressalta a caracterização do Estado cubano como “estado socialista de direito, democrático, (...)”, a “promoção do desenvolvimento sustentável que assegure a prosperidade individual e coletiva”, o “respeito ao direito internacional e a multilateralidade entre Estados”, o repúdio a “toda forma de terrorismo, em particular o terrorismo de

Estado”, a rejeição ao uso das armas nucleares e de extermínio em massa, assim como a defesa da “democratização do ciberespaço” e a condenação do seu uso com fins subversivos e desestabilizadores de nações soberanas. Fundamentalmente, se elimina a palavra “comunismo” como finalidade estratégica, trocando-a pela mais palatável e “democrática” palavra “socialismo” (Art. 5). Como se vê, abandona-se com um canetaço a luta pela abolição das classes e a tarefa de avançar na transição do capitalismo ao socialismo.

A modificação das estruturas de governo herdadas da revolução porá, por sua vez, nas mãos da burocracia a transição política à via da progressiva penetração das relações capitalistas de produção, as que acharão na propriedade privada um esteio para se desenvolver e ganhar força. O tal do “estado socialista de direito” não significa outra coisa que ajustar gradualmente as instituições políticas herdadas da revolução aos princípios e métodos democráticos-burgueses.

Por sua vez, o “respeito ao direito internacional” significa subordinar-se à ordem política e jurídica mundial imperialista. Não por acaso, dizer que Cuba repudia “toda forma de terrorismo, em particular, o terrorismo de Estado” é negar o direito da nação oprimida de resistir ao imperialismo, com todos os meios a seu dispor e, especialmente, a negação do Estado operário de reagir à reação interna e externa.

O objetivo principal da mudança constitucional é, porém, o de adaptar a ordem legal e jurídica ao reconhecimento da propriedade privada e das parcerias público-privadas como partes integrantes do “socialismo cubano”, que permitiria, segundo a

burocracia, desenvolver e “industrializar” a economia nacional. Eis por que o artigo 21 reconhece *“outras formas de propriedade como a cooperativa, a propriedade mista e a propriedade privada”* e admite o investimento estrangeiro como *“uma necessidade e um elemento importante do desenvolvimento”*. Esse decisivo e definitivo passo restauracionista é acobertado pela burocracia castrista como adequação à realidade existente, em particular à expansão dos “autônomos” que prestam pequenos serviços (600 mil pessoas).

O certo é que sobre a base da pequena propriedade se desenvolverá a grande propriedade capitalista. É essa uma lei geral do capitalismo, que não pode ser freada ou limitada por medidas administrativas ou burocráticas. O próprio secretário do Conselho de Estado, Homero Acosta Álvarez, disse que a Constituição não deve definir nem a extensão, nem o contexto em que se desenvolverá a propriedade privada. O que, segundo afirma Acosta Álvarez, constitui uma “garantia” aos investidores estrangeiros. A Carta Magna permite ainda que empresas estrangeiras possam participar nas empresas estatais (“empresas mistas”) e garante “alianças comerciais e negócios com investimento estrangeiro direto”, através da “atualização e modernização” da infraestrutura interna. Além disso, se liberam as “empresas mistas” a “tomar riscos” nos ramos da mecânica e siderurgia, química e eletrônica, etc., segundo as necessidades do “livre mercado”. O que significa uma ruptura do princípio e do método socialista da planificação econômica.

A Constituição de 1976 reconhecia apenas a propriedade estatal e as cooperativas agrárias, redigidas à imagem e semelhança das Cartas do chamado “bloco socialista”. Mas, já em 2011, com as chamadas *“Diretrizes da Política Econômica e Social do VI Congresso do Partido Comunista de Cuba”*, firmaram-se as bases para abrir a economia estatizada à penetração do grande capital e dos investimentos estrangeiros, ainda que, inicialmente, limitadas às áreas de turismo e serviços.

O reconhecimento *“do papel do mercado”* e da propriedade privada na edificação do socialismo cubano, inscrito na nova Constituição, é uma clara manifestação de quanto a burocracia castrista está obrigada a percorrer as leis políticas gerais da negação da revolução social, que já percorreu a burocracia estalinista soviética. Pode-se dizer que a nova Constituição cubana jogará o papel que jogou o programa de reformas econômicas e administrativas da Perestroika na ex URSS. A constituição de “empresas mistas”, a de pequena propriedade privada e a aquisição privada de terras – ainda que sob determinadas e estritas condições – espelham, fatalmente, o caminho trilhado pela restauração capitalista no Leste Europeu.

O avanço à restauração capitalista no Leste Europeu, na Rússia e na China agravou a ofensiva da burguesia mundial contra a Cuba revolucionária. Não é segredo que há muito tempo Cuba subsiste em um impasse. A revolução resistiu ao brutal cerco dos Estados Unidos por longo tempo, mas foi sendo sufocada. O castrismo se sujeitou à burocracia soviética restauracionista, de maneira que não foi capaz de travar a luta revolucionária contra o isolamento. A substituição pelo aliado chavista e seu petróleo a preços subsidiados constituiu uma peça chave da engenharia diplomática de sua sobrevivência, mas não eliminou as contradições.

Uma vez que o mercado mundial é dominado pelo impe-

rialismo, a propriedade privada, não importa o tamanho que essa tenha no conjunto da economia nacional, passará a refletir os ditames dos monopólios. Tanto mais verdadeira é essa lei no que diz respeito às “empresas mistas”, as que dependerão diretamente para sua produtividade e lucros dos investimentos do grande capital e das reservas do mercado mundial que dominam os monopólios. É por essa via que a economia nacional se submeterá por inúmeros fios aos ditames das potências.

Achar que é possível combinar formas de propriedade social, que resultaram dos choques da luta de classes e dos processos revolucionários, com a propriedade privada, sobre a qual se assentam as forças da contrarrevolução mundial, é suficiente para mostrar a degenerescência ideológica da burocracia. O funda-

Achar possível combinar formas de propriedade social, que resultaram dos choques da luta de classes e dos processos revolucionários, com a propriedade privada, sobre a qual se assentam as forças da contrarrevolução mundial, mostra a degenerescência da burocracia.

mental dessa apreciação reside em que o PCC não passa de um aparato burocrático do Estado. E a restauração passou a ser a condição para manter o privilégio da casta estatal. O que resta da revolução não mais serve aos parasitas que usufruem do controle ditatorial dos recursos e ramos chaves da economia. Na reconstrução do capitalismo, continuarão a manejar o país.

Evidentemente, a burocracia castro-guevarista não pode destruir completamente os alicerces econômicos sobre os quais se ergueu e se sustenta como casta privilegiada. Não por acaso é que a Constituição mantém o reconhecimento do Partido Comunista como única força política do país e ratifica a empresa estatal como *“o sujeito principal da economia”*.

Tais condições, sem dúvida, agravarão as contradições internas, que serão impulsionadas pelo imperialismo. A exigência é que se restabeleçam as formas do Estado burguês, adotando uma caricatura de democracia burguesa. Não se pode obscurecer que o restabelecimento da grande propriedade privada dos meios de produção e a destruição do que resta do Estado operário nascido da revolução são a condição para Cuba retornar ao mercado mundial como semicolônia.

É nas condições de agravamento da crise mundial capitalista, de acirramento dos embates do imperialismo contra as conquistas e direitos das massas por toda parte e de completa desmoralização e decomposição do estalinismo, que as tendências restauracionistas ganharam fôlego. Esse é o processo histórico que temos à nossa frente.

A tarefa colocada ao proletariado e campesinato cubanos é a de assimilar as duras experiências e erguer o programa, os métodos e táticas capazes de enfrentar a burocracia contrarrevolucionária, defender as conquistas da revolução de 1949 e derrubar do poder a burocracia restauracionista por meio da revolução política. É nesse processo que se forjará e consolidará uma vanguarda capaz de retomar as bandeiras do marxismo-leninismo-trotskismo.

A luta contra a burocracia estalinista e a restauração capitalista é parte do processo de pôr em pé o partidos-programa, marxista-leninista-trotskistas, como seções da IV Internacional. Em Cuba e toda a América Latina, essa é a tarefa mais urgente. Somente assim, se poderá defender a revolução cubana e combater o imperialismo em todo o continente, sob o programa dos Estados Unidos Socialistas de América Latina. Em nosso país, lutamos para cumprir essa tarefa. Essa é a melhor via para combater a destruição das conquistas históricas do proletariado mundial.



Apontamentos sobre a história do bolchevismo

No Jornal Massas anterior, concluímos a exposição sobre o IV Congresso da socialdemocracia russa. O V Congresso realizou-se entre 30 de abril e 19 de maio de 1907, em Londres. As teses fundamentais aprovadas

foram as defendidas por Lênin. O V Congresso se caracterizou, portanto, por uma virada a favor do bolchevismo.

A sua convocação resultou de uma rebelião interna à condução política dos mencheviques, que submetiam o partido às pressões da burguesia liberal e ao Parlamento czarista (Duma). A primeira manifestação ocorreu no comitê regional do partido em Petersburgo, agosto de 1906. Pleiteava a convocação do Congresso pelo Comitê Central, controlado pelos mencheviques. A exigência se espalhou pelos principais comitês, inclusive o de Moscou. Com o apoio do partido na Polônia e Lituânia, o Comitê Central não teve como negar o “Chamado ao Partido Operário Socialdemocrata da Rússia”, em que se dava um ultimato.

Apesar da proibição do governo dinamarquês à realização do Congresso em Copenhague – o mesmo se passando com os governos sueco e belga -, compareceram em Londres 336 delegados. Os bolcheviques contaram com 105; os mencheviques, 97; os bundistas, 57; os polacos, 44; do território letão, 29 e, finalmente, 4 representantes que não pertenciam a nenhuma das organizações. Essa composição permitiu aos bolcheviques derrotar as principais proposições dos mencheviques. Os mais importantes centros operários estavam sob a direção esmagadora dos bolcheviques, a exemplo de Petersburgo e Moscou.

A força dos bolcheviques, apoiada por delegados poloneses e lituanos, deu a Lênin a posição de presidência do Congresso, que o iniciou com o informe e o encerrou frisando a importância da maioria ter aprovado a resolução sobre a posição dos marxistas diante dos partidos burgueses e a sobre a tática revolucionária perante o parlamento (Duma). A pauta do Congresso constou de doze pontos. O primeiro e o segundo foram dedicados ao informe do Comitê Central e da intervenção na Duma. No restante da pauta, os aspectos mais importantes que consumiram a maior parte das discussões, diziam respeito à posição diante dos partidos burgueses, à tática de intervenção na Duma do Estado. No ponto “problemas de organização”, retomou-se a questão da estrutura da direção partidária. Outros aspectos foram: a relação do partido com os sindicatos, o Congresso operário e organizações operárias apartidárias, a tática da guerrilha, o trabalho no exército, a crise econômica e o desemprego e o Congresso da II Internacional em Stuttgart.

Observa-se que, um ano depois da realização do IV Congresso, que foi de unificação, os bolcheviques e mencheviques mantiveram-se completamente divididos e sem perspectiva de superação. De fato, a unificação se deu apenas no plano formal. O V Congresso é convocado em meio a conflitos e choques irreconciliáveis no seio do partido socialdemocrata. Na primeira metade de fevereiro de 1907, portanto, cerca de dois meses antes da realização do V Congresso, Lênin redigiu o “Projeto de resoluções para o V Congresso do POSDR”. Em 4 de março, foi publicado no Jornal Proletari, órgão da fra-

ção bolchevique. Explica-se que o documento foi discutido no Comitê de Petersburgo, no Comitê de Moscou e na direção regional do cinturão industrial central e na redação do próprio jornal Proletari.

Passamos a resumir os principais aspectos do Projeto. Consta das seguintes partes: 1) sobre o momento atual da revolução democrática; 2) posição diante dos partidos burgueses; 3) sobre a tática da socialdemocracia na Duma do Estado; 4) sobre o agravamento das necessidades econômicas das massas e da luta econômica; 5) sobre as organizações operárias apartidárias relacionadas com a corrente anarcosindicalista no proletariado. A estrutura do documento refletia os embates com os mencheviques, que se acabaram convertendo em motivos da convocação do V Congresso. Em síntese, o Projeto identifica a continuidade da crise econômica, o agravamento das condições de existência das massas e a tendência à agudização da luta de classes entre o proletariado e a burguesia, entre o campesinato e os latifundiários, bem como a burguesia agrária e os pobres do campo. Nesse aspecto geral, o Projeto conclui: *“A crise política cujo desenvolvimento observado não é uma crise constitucional, mas uma crise revolucionária, que leva à luta direta das massas proletárias e camponesas contra o absolutismo”*. Nessas condições, *“a próxima campanha da Duma deve ser considerada apenas como um dos episódios da luta revolucionária do povo pelo poder e deve ser utilizada como tal”*. E determina: *“a socialdemocracia em nenhuma circunstância pode apoiar, nesses momentos, a política dos Kadetes em geral ou um ministério Kadete em particular”*. Essa introdução, por si só, se opunha diametralmente à política que vinha sendo desenvolvida pela direção menchevique.

Já no IV Congresso, Lênin se dedicou a expor o caráter de classe dos partidos na Rússia czarista. Retoma agora no ponto dois do Projeto. Estabelece como premissa *“que os socialdemocratas têm o dever de fazer o impossível para que o proletariado atue como dirigente na revolução democrático-burguesa”*.

Em relação à tática a ser aplicada na Duma, o Projeto indica que já não era correto fazer o boicote como se fez na primeira Duma. A intervenção na campanha eleitoral exigia: *“Explicar ao povo a completa inoperância da Duma como meio de satisfazer as reivindicações do proletariado e da pequena burguesia revolucionária (...). Explicar a necessidade de uma insurreição armada, um governo provisório revolucionário e uma assembleia constituinte baseada no voto universal, direto, igual e secreto”*.

Sobre a crise econômica, diz o Projeto *“que toda a história da revolução russa mostra que todos os grandiosos ascensos do movimento revolucionário surgiram sobre a base dos movimentos econômicos de massa”*. O que exigia desenvolver amplamente a agitação econômica, como ponto de partida da luta revolucionária.

Finalmente, o Projeto rechaça a defesa que Axelrod fazia de um congresso operário apartidário. Essa posição é caracterizada como anarcosindicalista. Cabia intervir em todas as organizações de massa apartidárias, a exemplo dos soviets, mas não cabia ao partido se colocar pelo apartidarismo.

É notável como o V Congresso se baseou, em grande medida, nessas proposições.